

**AS ORIGENS DO ENSINO DA AGRONOMIA NO IMPÉRIO  
E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL<sup>1</sup>  
(Ênfase na História da UFRB)**

**Joelito de Oliveira Rezende<sup>2</sup>**



---

<sup>1</sup> Tema apresentado no Simpósio dos 150 Anos do Ensino Superior Agrícola no Brasil (Mesa Redonda). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 24 e 25 de Novembro de 2009. Auditório da PRPPG – Campus de Cruz das Almas.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agronomia, Professor Titular lotado no Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Dedicado ao estudo da Física e do Manejo do Solo.

## PREÂMBULO

### Período Imperial do Brasil (1822 - 1889)

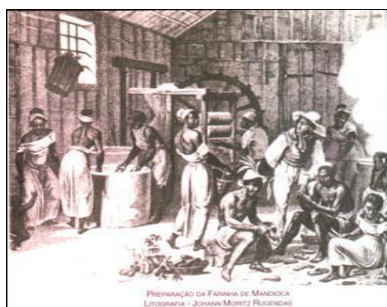


O **Império do Brasil** foi o Estado brasileiro existente entre 1822 e 1889 que precedeu a atual República Federativa do Brasil e teve a monarquia parlamentar constitucional como seu sistema político. O Império do Brasil constituiu o 12º maior império da história da humanidade. Teve seu início após a declaração da Independência em relação a Portugal, em 7 de setembro de 1822, e seu fim após o golpe de Estado militar que instaurou a forma republicana presidencialista, em 15 de novembro de 1889.

Foi dividido em dois períodos: o Primeiro Reinado, que se iniciou em 7 de setembro de 1822 e teve por fim quando D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831, e o Segundo Reinado, que foi iniciado na mesma data com a aclamação de D. Pedro II e perdurado até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Este período da História do Brasil é denominado, tradicionalmente pela historiografia, como "**Brasil Império**", "**Brasil Imperial**" e "**Brasil Monárquico**".

## INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, as práticas agrícolas e a tecnologia entraram para o domínio das ciências. Ansiosos em dominar e conhecer metodicamente a natureza com critérios científicos, um verdadeiro exército de cientistas europeus percorreram o mundo, desenvolvendo e mapeando o planeta, levando e trazendo plantas, animais e técnicas de cultivos de um canto para outro. Sob o domínio da idade da razão, a agricultura não poderia ser mais praticada por métodos tradicionais transmitidos de geração a geração pela rotina e pelos costumes, sem submeter-se a métodos racionais e controlados. Artur Young fazia centenas de experimentos no Reino Unido, e, na Alemanha, Justus Von Liebig desvendava os segredos químicos dos solos. Na França, um verdadeiro movimento agrônomo desabrochou na segunda metade do século XVIII, sob a forma de Sociedades de Agricultura, concursos teóricos e práticos e de experimentos de diversos tipos. As experiências européias nesse campo seriam difundidas para a América e serviriam de referência para analisar a agricultura no Brasil.



Economia agrária e escravista

Enquanto isso, no Brasil de 1850, a economia em nada diferia da situação prevalecente no regime colonial, baseada que estava na força de trabalho escravo, enquanto no jogo político da composição de alianças regionais predominavam os interesses dos senhores-de-engenho, no Nordeste, e dos aristocratas do café, no centro-sul do país.

Naquela ocasião, a crise já assolava as grandes lavouras exportadoras, vale dizer a própria economia do Império. Houve problemas de seca nas Províncias do Norte,

especialmente na Bahia. A lavoura do café estava ameaçada por uma série de doenças de origem desconhecida. A lavoura da cana-de-açúcar declinava, sem perspectiva de melhoria dos preços no mercado europeu, agravada pela falta de mão-de-obra.

A fundação de **escolas agrícolas** para o desenvolvimento do país tornou-se uma constante reivindicação de influentes personalidades da política nacional. Em 1858, em discurso proferido na Assembléia Legislativa da Paraíba do Norte, o Marechal de Campo Henrique de Beaurepaire Rohan dizia: "Em nosso país, quase que não consiste a instrução pública, senão no ensino puramente literário. Logo que alguma localidade manifesta alguns sinais de opulência, qualquer que seja, aliás, a indústria a que ela deva sua riqueza, trata-se de dotá-la com uma cadeira de latim, a que ao depois se seguem a de retórica e filosofia. Considerada a questão pelo lado econômico, é esse, no meu modo de ver, um erro muito prejudicial. As vocações industriais são providencialmente mais numerosas do que as vocações literárias; (...) Entretanto, são essas escolas o único recurso que tem atualmente à sua disposição o pai de família, que deseja ver bem-educados seus filhos, e desta sorte, mal encaminhando o ensino, contrariam-se as vocações, arruínam-se as fortunas, e cria-se a classe importuna dos aspirantes a empregos públicos. (...) Assim pois, senhores, tendo nós de proceder a um pequeno ensaio, espero que a escola de agricultura, convenientemente organizada, algum serviço preste à nossa indústria. Ela vai, ao mesmo tempo, servir de asilo a muitas crianças que, privadas de família, ou tendo-as sem fortuna, serão educadas sob os auspícios da província em que nasceram.

As insatisfações tiveram eco na Corte, levando o Império a pensar em algumas alternativas de solução para o problema. A imigração foi uma delas. A escassa oferta de mão-de-obra livre induziu a decisão de estimular a imigração europeia. Em meio às possibilidades imigratórias, o Governo Imperial despertou para medidas de incentivo e racionalização da agricultura, pois a experiência europeia, com as estações experimentais, estava dando grande impulso à agricultura de nações como a França, Alemanha e Áustria. Inspirado nesses exemplos, o Imperador Pedro II criou, em 1859, o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA) – que criou a Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877), a primeira de nível superior na América do Sul – e, pouco depois, em 1860, os Imperiais Institutos das Províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul. Os imperiais Institutos de Sergipe, Pernambuco e Bahia são criados durante a viagem de D. Pedro II ao Norte do país, e foram recebidos com manifestações de júbilo pelas classes dominantes dessas províncias. Dos cinco Institutos criados, apenas o Baiano e o Fluminense funcionaram efetivamente, e tinham a seguinte missão:

- ↪ Facilitar a substituição dos braços necessários à lavoura por meio de máquinas e instrumentos apropriados, promovendo a introdução e adoção daquelas cuja utilidade fosse praticamente demonstrada, e bem assim, estudando e ensaiando o sistema de colonização nacional e estrangeira que parecesse mais profícuo;
- ↪ Fundar estabelecimentos normais, a fim de se experimentar as máquinas e instrumentos aplicáveis às nossas lavouras, de ensaiar os sistemas mais convenientes da cultura da terra, os métodos adequados ao fabrico, ao aperfeiçoamento e à conservação dos produtos agrícolas, assim como à extinção dos vermes e insetos nocivos;
- ↪ Promover a aquisição das melhores sementes e renovos de plantas, e, experimentada a sua superioridade, facilitar a distribuição pelos lavradores;
- ↪ Cuidar do melhoramento das raças de animais úteis, promovendo generalização das melhores espécies;

- ↪ Auxiliar, pelos meios ao seu alcance, a administração pública no empenho de facilitar o transporte dos gêneros, promovendo a abertura de novas vias de comunicação, onde fossem necessárias à conservação e melhoramento das atuais, e que de todas resultassem à lavoura vantagens correspondentes ao dispêndio anual dos produtos de agricultura, animando-a por meio de prêmios e facilitando o transporte e venda dos ditos produtos;
- ↪ Promover a exposição anual dos produtos de agricultura, animando-a por meio de prêmios e facilitando o transporte e venda dos ditos produtos;
- ↪ Formar e rever anualmente a estatística rural, acompanhando-a de uma exposição acerca do estado da agricultura, seu progresso ou decadência, causas permanentes ou transitórias que para isso tenham influído, e finalmente, sobre tudo quanto possa interessá-la;
- ↪ Criar e manter um periódico no qual, além dos trabalhos próprios do Instituto e dos estabelecimentos normais, se publicassem artigos, memórias, traduções e notícias de reconhecida utilidade para a nossa agricultura, e que expusessem em linguagem acomodada à inteligência da generalidade dos agricultores os melhoramentos que merecessem ser adaptados nos processos agrícolas, e os princípios de economia rural indispensáveis para o judicioso emprego dos capitais, boa administração das fazendas e aproveitamento de seus produtos;
- ↪ Criar nos estabelecimentos normais, quando as circunstâncias permitissem, escolas de agricultura, onde se pudesse aprender os princípios gerais e as noções especiais indispensáveis para que o trabalho se tornasse mais suave, útil e vantajoso.

## **O ENSINO DA AGRONOMIA NO PERÍODO IMPÉRIAL E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL**

### **Imperial Instituto Sergipano de Agricultura**

O Instituto de Sergipe é criado, na cidade de Estância, por Decreto Imperial de 20 de janeiro de 1860; tem seus estatutos aprovados por decreto nº 2602 de 9 de janeiro de 1860 e é saudado como ‘um dom cheio de feliz futuro, encerrando em si o futuro da riqueza e prosperidade da Província’. Luiz Roberto de Barros Mott, citado por Tourinho (1982), no seu trabalho ‘O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a Ideologia do Progresso’, considera essa instituição como um dos recursos utilizados pelo poder público para tentar superar os problemas da agroindústria do açúcar sergipano. Colocando essa associação no quadro mais amplo das dificuldades da economia sergipana, faz da sua análise ‘uma *entré*e para o estudo de um problema mais geral da sociedade sergipana no início do século XIX, a saber, a ideologia progressista’. Dentro desse objetivo, avalia a atuação do Instituto diante da crise da economia açucareira sergipana, concluindo ‘que a ideologia inovadora infelizmente muita pouca coisa realizou de concreto em Sergipe’.

### **Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura**

Foi fundado e organizado pelos Decretos nºs 2.516 e 2.517, de 23 de dezembro de 1859, porém também teve vida efêmera, sabendo-se apenas que teria adquirido uma fazenda para realizar trabalhos experimentais com cana-de-açúcar e, possivelmente, um

engenho-modelo. Apesar de contar com subvenções imperiais e provinciais não realiza os seus objetivos de, através de atividades educacionais e experimentais, dinamizar a produção açucareira pernambucana. Em 1869 uma autoridade denuncia 'a inércia da inaptidão vaidosa de gente que só desperta ao aceno de uma condecoração ou um título' e o Presidente lamenta o desalento em que se encontrava a Instituição.

### **Imperial Instituto Fluminense de Agricultura**

O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) foi criado pelo Decreto Imperial nº 1.681, de 03 de outubro de 1860, tendo como primeiro presidente o Marquês de Abrantes. Localizava-se numa área antes denominada de Fazenda Macaco, a 2 km do Jardim Botânico, a ele ligado por uma via férrea. Sua base física era totalmente aproveitada para a realização dos seguintes trabalhos: construção de viveiros de plantas destinados à produção de sementes e mudas para serem distribuídas aos agricultores; introdução de animais de diversas espécies melhoradas com a finalidade de desenvolver os rebanhos do País; áreas pilotos para testes de equipamentos e máquinas agrícolas; ensaios e experimentos com as principais plantas cultivadas e gramíneas forrageiras; ensaios de irrigação.

Na primeira reunião da diretoria, realizada um mês depois da criação do Instituto, foi discutida a conveniência de incorporar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro ao Imperial Instituto, em vista da afinidade entre as funções das duas instituições.



**Jardim Botânico do Rio de Janeiro**

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro – criado em 13 de junho de 1808, por iniciativa de d. João VI – constitui o primeiro marco institucional de pesquisa agrícola no Brasil. Sua criação foi a única iniciativa da Coroa em benefício das ciências agrônômicas, até 1859, quando o Brasil, já sob uma nova ordem política, instaurada em 1922 com a separação de Portugal, viu surgir os Imperiais Institutos de ensino e pesquisa agrícola, por decretos do Imperador Pedro II.

Além de objetivar uma alternativa de lazer público, desenvolveu um trabalho reconhecidamente fundamental para o avanço dos conhecimentos agrônômicos no país. A princípio, nele se estudaram as questões de ciência e problemas de agrotécnica: mantinha coleções de plantas vivas, herbário e laboratórios que pesquisavam a solução de problemas agrônômicos e florestais.

A solicitação de incorporação do Jardim Botânico ao IIFA foi encaminhada ao Imperador, que prontamente acatou o pedido desde que fosse preservada uma de suas funções, que era a de servir a população como área de lazer. Tal incorporação foi efetivada em 03 de setembro de 1861. Entre as contribuições do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura encontram-se as seguintes:

↪ Introdução e seleção de variedades de plantas cultivadas, a exemplo da cana-de-açúcar e da batata-inglesa, esta atingindo produtividades de até 16 toneladas por hectare;

- ↪ Ensaios com forrageiras nativas e exóticas, tais como aveia, trigo, aveia preta e gigante da Califórnia, utilizadas na preparação de feno de superior qualidade;
- ↪ Estudo comparativo do teor nutritivo de gramíneas jaraguá, colômbio, gordura, angola e outras em relação à alfafa, tendo sido encontrados valores, bem próximos em substâncias albuminóides no capim Jaraguá e colômbio. Este trabalho foi considerado importante na ocasião por possibilitar aos bovinos ganhos de peso superiores a 600 kg – o limite máximo considerado na época para exportação em termos competitivos;
- ↪ Seleção de animais e melhoramento de pastagens, objetivando verificar a possibilidade de transformar os terrenos de várzeas alagadiças da província em pastagens exuberantes para a exploração bovina;
- ↪ Trabalhos experimentais de fertilização dos solos (adubação orgânica) e multiplicação assexuada de plantas por meio de estacas, em estufa;
- ↪ Experiências para redução do tempo de germinação de sementes, a exemplo do bacuri que levava dois anos sob a terra e na estufa mostraram as primeira folhas aos três meses;
- ↪ Distribuição de sementes e mudas de café, cacau, cana-de-açúcar, trigo, sorgo, arroz, lúpulo, algodão, plantas frutíferas e ornamentais. Entre os beneficiários estavam agricultores/fazendeiros das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná;
- ↪ Treinamento de manejo do arado, grade e outros instrumentos agrícolas que eram fabricados na sua oficina e vendidos aos interessados a preços inferiores aos das máquinas importadas;
- ↪ Realização de análises de solos e de plantas em seu bem montado laboratório de química;
- ↪ Criação de uma revista trimestral para orientar os produtores rurais e, também, para registrar, perante a eternidade as suas memórias;
- ↪ O Imperial Instituto mantinha um Asilo Agrícola que abrigava crianças órfãs ou abandonadas, onde, a par das finalidades filantrópicas, dedicava-se ao ensino de práticas agrícolas, preparando-as para o trabalho na agricultura. Este asilo seria mantido até o momento em que o Instituto pudesse criar uma escola agrícola, ideal que não chegou a se concretizar

De todas as realizações do Instituto, talvez tenha sido essa última a contribuição mais importante. A Revista Agrícola do IIFA teve seu primeiro número publicado em setembro de 1869. Entre os diversos artigos e comentários sobre lavoura e criação, existia uma seção de informações gerais e outra de economia e negócios onde se informavam preços dos produtos nos mercados interno e externo, notas sobre o câmbio e movimento de ações do banco. Além disso, divulgava relatórios de pesquisa, artigos técnicos, noticiário geral e instruções técnicas para o cultivo de plantas e criação de animais.

O prestígio do Instituto junto ao Império era incontestável. O Imperador Pedro II sempre participava de reuniões da diretoria do órgão, a exemplo da 22ª reunião, quando foi apresentado um trabalho sobre a crise da grande lavoura, preconizando o estabelecimento do crédito rural em longo prazo e a baixos juros. Quase oito anos mais tarde, voltava-se a bater nessa mesma tecla, com pontos de vista idênticos, acrescentando-se outras necessidades para o desenvolvimento da lavoura: trabalhadores

rurais e estradas. Quanto ao primeiro item, a preocupação era ainda maior dado o elevado custo do salário pago ao trabalhador livre e a alegada impossibilidade de a lavoura retribuir o trabalho rural ao menos com salários aproximados aos percebidos pelos operários urbanos. A imigração de colonos europeus segue sendo a *solução* para o problema que, se já era sério com a abolição do tráfico de escravos, agravara-se com a recente *lei do ventre-livre*. Quanto ao problema de estradas, os articulistas ressaltavam a necessidade de melhorar o precário sistema de comunicações através de rodovias, ferrovias, canais, rios navegáveis e portos marítimos que beneficiassem os principais núcleos de produção e mercados de consumo interno e externo.

## **Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática**

Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática (1883); Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios (1887); Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária (1889); Escola de Agronomia Veterinária (1909); Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel (1926); Escola de Agronomia Eliseu Maciel (1934); Escola de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Rural do Sul (1960); Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Rural do Sul (1967); Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas (1969).

Também no sul do Brasil, os relatórios dos próprios presidentes das Províncias atribuíam os maus resultados da agricultura local às práticas rotineiras dos agricultores. Concebeu-se então, como nas demais regiões do País, a idéia de que a imigração e a colonização seriam a solução de progresso para a agricultura. Entretanto, a imigração de italianos e alemães, por si só, não daria conta de transformar a agricultura nos padrões europeus que serviam de referência. Para alcançar tal objetivo, seria necessário construir instituições científicas e escolares no País. No ano de 1860, o governo da Província pensou em criar um instituto agrícola denominado Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura, cuja iniciativa não passou do papel.

Foi a partir de uma carta escrita por Leopoldina da Rosa, viúva do tenente-coronel da Guarda Nacional, Elyseu Antunes Maciel, que surgiu a proposta feita à Câmara Municipal de Pelotas para a instalação de uma escola de agronomia na cidade.

A carta, de 22 de junho de 1881, solicitava permissão para a construção de uma escola municipal de agronomia que, depois de erguida e devidamente mobiliada, seria doada à administração da Câmara de Vereadores de Pelotas, realizando assim o sonho do oficial. Proposta aceita, no dia 25 de junho de 1881, presidente e vereadores decidiram, por unanimidade, que o nome da instituição seria Escola Eliseu Maciel.



**Escola de Agronomia Eliseu Maciel**

A idéia era fazer uma instituição de ensino público, municipal e gratuito, cabendo ao município os custos com a escola e ao governo da Província os salários dos professores. Em 22 de abril de 1883, a família Antunes Maciel entregou ao município de Pelotas (Província do Rio Grande do Sul) um prédio moderno e totalmente equipado.

A inauguração estava marcada para 16 de junho, mas foi adiada em função de o governo da Província não ter conseguido contratar os professores. No mesmo período, o Governo Imperial, preocupado com os altos custos de importação da vacina antivariólica,

contratou o professor Claude Marie Rebourgeon, da escola de medicina veterinária francesa École de Alfort, e discípulo de Louis Pasteur (1822-1895), para desenvolver no Brasil a fabricação da vacina original em quantidade suficiente para o serviço de vacinação de todo o Império.

José Júlio de Albuquerque Barros, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, dirigiu-se à Câmara Municipal de Pelotas, em 5 de setembro de 1883, para comunicar que era intenção do governo do Império fundar naquela província uma escola de agronomia e veterinária. Informou, ainda, que aguardava a chegada de Claude Marie Rebourgeon que, com sua comitiva, analisaria as condições da cidade de Pelotas para receber tal estabelecimento. A idéia, na época, era transformar a ainda não inaugurada escola primária Eliseu Maciel numa instituição de ensino profissional, para que seus alunos pudessem servir às indústrias agrícolas e pastoris. Após uma visita àquela escola primária, Claude Marie Rebourgeon ficou muito bem impressionado tanto com as condições materiais do estabelecimento, quanto com sua localização.

Deste modo, através de um decreto do Imperador, de 08/12/1883, foi criada a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática. Em 29 de dezembro de 1883, a Câmara Municipal de Pelotas foi autorizada a ceder gratuitamente à Província o edifício da Escola Eliseu Maciel, assim como seu terreno adjacente e o da praça Henrique D'Ávila, com o objetivo de se estabelecer assim a escola agrícola e veterinária. No terreno adjacente ao da escola seria instalado o Instituto Vacinológico, destinado a fornecer vacinas a todo o Império. A finalidade da instituição seria: o ensino da medicina veterinária, o melhoramento de raças, o ensino das ciências naturais (botânica, física, química, mineralogia e geologia), das ciências agronômicas, culturas e práticas agrícolas, agricultura, zoologia e zootecnia, contabilidade rural, higiene e economia agrícola, e o ensino profissional.

Em 1885, a Escola começou a funcionar e, no fim do ano, o Diretor Claude Marie Rebourgeon foi ao Rio de Janeiro para prestar contas de sua administração e entender-se com o governo do Império sobre o regulamento do curso. Naquela ocasião já havia sido votada uma verba de oitenta contos de réis para o exercício vigente. Entretanto, logo que chegou à corte, Claude Marie Rebourgeon sofreu duro golpe. O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio da Silva Prado, havia rescindido seu contrato e, alegando necessidade de redução de despesas, decretou o fechamento da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, com a promessa de que leiloaria todo o material que o professor acabara de adquirir em sua viagem.

O fato se deu em função do novo cenário político no país, quando saiu um gabinete liberal, conhecido como gabinete Lafayette (empossado em 24 de maio de 1885), do qual era líder da maioria e ministro-conselheiro o deputado Francisco Antunes Maciel, um dos doadores do prédio e filho de Elyseu Antunes Maciel, e foi empossado um gabinete conservador, o do Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley, que nomeou para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio da Silva Prado, ilustre cidadão paulista que seria um dos fundadores, dois anos depois, da Imperial Estação Agronômica de Campinas, com parte da verba anteriormente destinada à escola de Pelotas.

O professor Claude Marie Rebourgeon teve de vender todos os móveis de sua casa e seu carrinho de tração animal para quitar dívidas com o Tesouro Nacional. Depois disso, arrumou as malas e deixou o Brasil. O ministro Antônio da Silva Prado, inflexível,



marcou o leilão de todo o material trazido por Rebourgeon para o dia 28 de dezembro de 1885. Coube ao Visconde da Graça, João Simões Lopes Filho, a desagradável missão de promover o leilão. Estavam reunidas no pátio da escola mais de duzentas pessoas que, inconformadas, aguardavam o leilão na esperança de que o comércio pelotense pudesse comprar tudo e devolver ao município. A pressão foi grande e o Visconde da Graça desistiu da missão, sendo aplaudido e carregado pelo público que chegou a quebrar o martelo em duas partes. Antônio Joaquim Dias, diretor do *Correio Mercantil*, periódico local, e fundador da biblioteca pública, arrecadou a quantia necessária (trezentos e cinquenta e dois mil réis) e conseguiu fazer com que o material permanecesse na escola, encaixotado e sob a guarda do Visconde da Graça.

A Câmara Municipal ainda teve de conter os ânimos do chefe de polícia e impedir sua diligência no sentido de transformar a Escola em delegacia. O legislativo municipal reafirmou através de seus vereadores, tanto os liberais, quanto os conservadores, a intenção de patrocinar a Escola, que ficaria sob sua inteira responsabilidade. O governo aceitou, e uma lei imperial, de 20 de outubro de 1887, mandou retornar ao município todo o patrimônio que fora cedido à Província em 1883, com a obrigação expressa de se criar, num intervalo de dois anos, um curso profissional, superior ou secundário. Surgiu então, ainda em 1887, o Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios. Francisco Antunes Maciel foi nomeado presidente do Liceu e as aulas foram iniciadas no dia 14 de maio de 1888.

Em 1889 a Escola ganhou novo regulamento e novo nome, passando a denominar-se Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária. Foi nomeada, em 1890, uma nova diretoria, composta por Alexandre Cassiano do Nascimento, Possidônio Mâncio da Cunha e José Gonçalves Chaves, que conseguiu implantar definitivamente um curso superior de agronomia e veterinária. Em seu currículo, a Escola previa um ano considerado preparatório e mais três do curso superior. Em 1895, apenas dois alunos concluíram o curso, e formaram a primeira turma de engenheiros agrônomos de Pelotas, na gestão do diretor João Py Crespo.

Em 1901, o Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária passou por uma crise que quase fechou suas portas. Havia concluído o curso três turmas apenas, num total de cinco alunos graduados como engenheiros agrônomos. Embora o curso preparatório fosse bastante concorrido, as matrículas para o curso superior eram poucas, algumas vezes com um só aluno. O prédio já apresentava goteiras que poderiam em pouco tempo destruir os caros equipamentos de laboratório, e o diretor José Cipriano Nunes Vieira pensava em se demitir. Políticos da capital do Estado cogitavam até tornar o Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária em uma escola distrital e transferir para Porto Alegre o valioso laboratório. Houve tentativas, através de campanhas para conseguir recursos, de incremento do ensino prático de agricultura, mas com pouco resultado. As matrículas não aumentavam e, no final de 1908, foi aceito o pedido de demissão de José Cipriano Nunes Vieira.

Manuel Luís Osório assumiu a direção da instituição em 1909, e logo conseguiu adquirir uma boa extensão de terras às margens do rio São Gonçalo, e ainda dois touros das raças Durham e Hereford, máquinas, ferramentas, possibilitando que o Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária realizasse as sonhadas aulas práticas. Houve também uma readequação do regulamento e do programa do curso, com o Liceu mudando de nome e passando, em 1909, a denominar-se Escola de Agronomia Veterinária.

Em 1918, a Escola de Agronomia e Veterinária foi registrada no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1926, o Intendente Augusto Simões Lopes determinou que se acrescentasse o nome Eliseu Maciel à denominação da Escola de Agronomia e Veterinária, como “reconhecimento público ao ato de benemerência da família Maciel”. A instituição passou, então, a chamar-se Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel, e no ano seguinte um novo regulamento (ato nº 1.558 de 14/02/1927) foi adotado, aumentando o curso para quatro anos.

O ex-diretor do estabelecimento e prefeito de Pelotas no ano de 1932, João Py Crespo, criou então a Diretoria Municipal de Agricultura, anexa à Escola, que tinha o objetivo de fomentar a colheita e a distribuição de mudas, enxertos, sementes, raízes, bulbos e tubérculos; industrializar produtos rurais como laticínios e vinhos; dar respostas às consultas dos agricultores e fazer demonstrações de novos instrumentos e máquinas agrícolas.

No dia 8 de dezembro de 1933, aniversário de cinquenta anos da Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel, promoveu-se um congresso agrônomo de âmbito estadual que teve expressivo comparecimento de alunos, professores e agrônomos, quando houve a oportunidade de se discutir teses e monografias sobre agronomia. No ano seguinte, o estabelecimento passou a se chamar apenas Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em função da reforma do ensino de 1934, quando os cursos de agronomia e veterinária se tornaram independentes.

Em 1945 a Escola de Agronomia Eliseu Maciel foi integrada ao Instituto Agrônomo do Sul, criado em 1943. A partir de 1947 a instituição orientou-se pelo regulamento da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural instalada no Rio de Janeiro, que era compreendida como modelo para as congêneres existentes no país.

A Escola de Agronomia Eliseu Maciel passou a integrar, em 1960, a Universidade Rural do Sul, então criada, juntamente com uma escola de veterinária, uma escola de pós-graduação, um centro de treinamento e informação do sul, um curso de sociologia rural e um curso de ciências domésticas. Em 1967, a Universidade Rural do Sul ficou subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, e nesta ocasião a Escola de Agronomia Eliseu Maciel passou a denominar-se Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Desde 1969 integra, juntamente com outras unidades, a Universidade Federal de Pelotas.

### **Imperial Estação Agrônoma de Campinas**

Imperial Estação Agrônoma de Campinas (1887); Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo (1897); Instituto Agrônomo de Campinas

Embora as atividades de pesquisa agropecuária no Brasil tivessem início a partir de 1860, com a criação dos Imperiais Institutos de Agricultura, as contribuições de caráter mais científico e estudos mais sistematizados tiveram sua expressão mais forte e duradoura a partir da Estação Agrônoma de Campinas. Teve vida efêmera como *imperial*, passando para a esfera estadual pelo Decreto 707 de 08 de janeiro de 1892, transformando-se, depois, no Instituto Agrônomo de Campinas, respeitável instituição de pesquisa que prevalece até os dias atuais.

A escolha de Campinas para sede da Estação Agronômica não decorreu de dificuldades de cultivo como esgotamento do sol ou ocorrência de pragas, comuns em outras regiões agrícolas, mas sim da decisão de se investir em uma região cuja economia encontrava-se em pleno crescimento e com grandes possibilidades de desenvolvimento. Apresentava nas últimas décadas do século XIX uma importante produção agrícola, beneficiada pelo solo ainda fértil e pela ausência de pragas nas plantações. Em 1886, esta região contribuía com um total de 15% de todo o café produzido no Estado de São Paulo. Naquela época, a lavoura cafeeira representava 60% das exportações brasileiras. A carência de mão-de-obra motivara a adoção de medidas de estímulo à imigração, como a criação da Sociedade Promotora da Imigração por Antônio da Silva Prado, então Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas da Agricultura. Presenciavam-se, assim, importantes transformações no modo de produção, incluindo também a implantação de ferrovias, a utilização de máquinas no beneficiamento do café e a criação de bancos na região.



Imperial Estação Agronômica de Campinas

A Imperial Estação Agronômica de Campinas foi criada por decreto-lei no dia 27 de junho de 1887. A lei nº 3.324 (16/10/1886) de Despesa Geral do Império, para o exercício de 1886-1887, previa a destinação de recursos para escolas práticas de agricultura e para a fundação de uma estação agronômica.

Em 1887, Rodrigo Augusto da Silva, Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, empenhou-se junto ao Governo Imperial para que se organizassem tais instituições em São Paulo, às quais caberia estudar os problemas referentes à agricultura nacional.

Em 1886, o Governo Imperial, por meio do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, indicou duas direções para a instituição que se criava: a de ensino e a de pesquisa. Não existia, entretanto, unanimidade quanto ao caráter da instituição, pois alguns, como os editores da *Gazeta de Campinas* (19/06/1887) enfatizavam a urgência de uma escola agrícola, e outros a definiam fundamentalmente como instituição de pesquisa. As diferenças referiam-se essencialmente à organização da instituição, já que em relação aos objetivos mais gerais existia consenso, pois todos defendiam a modernização da agricultura.

A sede da instituição começou a ser construída, ainda em 1887, em um terreno comprado pelo Governo Imperial, localizado no bairro do Guanabara, em Campinas. O Congresso votou um crédito a pedido de seu diretor, para a construção da sede. No final de 1888 estavam concluídas as seguintes dependências da Imperial Estação: o edifício da instituição, os laboratórios de química e fitopatologia, o ateliê fotográfico, o posto meteorológico, o depósito de sementes, a adega para experiências com fermento, um pequeno vinhedo, uma instalação completa para experiências de vegetação em vasos, a estrutura de cilindros de ferro para experiências de adubação com cafeeiro, o jardim de Guanabara, e os campos de experiência de Santa Elisa e do Taquaraí. A biblioteca, embora ainda em formação, já abrigava em seu acervo os principais periódicos especializados europeus.

A Imperial Estação Agronômica de Campinas inaugurou seus trabalhos em 1º de novembro de 1888 com a implantação do laboratório de análises. Para organizar a Estação Agronômica foi contratado o químico austríaco Franz Josef Wilhelm Dafert, que apresentou em julho de 1887, ao Governo Imperial, a proposta de um modelo de estabelecimento, na qual afirmava que instituições como esta "se ocupam de investigações no domínio da agricultura, sob o ponto de vista químico, não se limitando só a isto sua atividade"

A polêmica quanto à natureza da instituição acompanhou parte de sua história, como a questão surgida em 1892, em decorrência da doação de uma fazenda (São João da Montanha), feita pelo fazendeiro Luiz Vicente de Souza Queiroz, de Piracicaba, para a instalação de uma escola de agricultura. Naquela ocasião, o Governo propôs àquela instituição a tarefa de dirigir e administrar, com seus próprios recursos, a referida fazenda. Franz Josef Wilhelm Dafert incumbiu Ernest Lehmann, subdiretor, dos encargos relativos à administração dos bens da fazenda, sem, no entanto, destinar recursos especiais para tal. Desta forma, reduziram-se as possibilidades de a instituição assumir como meta primordial a instrução agrícola, como também se tornaram escassas suas relações com aquela que iria tornar-se, em 1900, a Escola Agrícola Prática de Piracicaba.

Franz J. W. Dafert procurou orientar a instituição fundamentalmente para a pesquisa, recorrendo ao modelo alemão, segundo o qual os institutos agronômicos geralmente não eram direcionados para o ensino. Propôs uma ênfase no conhecimento das características físico-químicas dos principais elementos da produção, ou seja, dos nutrientes do solo e das demandas dos vegetais, pois tais conhecimentos possibilitariam a manutenção e fertilização constante das terras. Assim, foram realizadas pesquisas básicas sobre a química dos solos, sobre as normas de adubação e sobre os problemas que mais acometiam as culturas.

Sua gestão (1887-1897), considerada admirável, foi um período em que ocorreram importantes transformações na instituição, como a ampliação do laboratório químico e da seção de fitopatologia, e a organização da biblioteca, possibilitando um maior atendimento às demandas e a melhoria dos serviços, como, por exemplo, a análise de contraste para verificação da qualidade dos adubos. O crescimento da demanda de seus serviços pode ter sido a razão do maior volume de recursos dirigidos à instituição no orçamento da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para os anos 1896-1899.

Franz Josef Wilhelm Dafert permaneceu à frente da Imperial Estação Agronômica de Campinas até 1897, quando foi chamado pelo governo austríaco para ocupar a direção de um grande estabelecimento agrícola em Viena, onde veio a falecer em 17 de outubro de 1933. As pesquisas realizadas pela instituição, no período 1893-1899, como o combate à *Phylloxera* e os estudos sobre secagem do café e extinção da saúva, causaram grande repercussão, sendo bastante disputadas as publicações da instituição. A gestão de J. J. Arthaud-Berthet (1909-1924) conferiu uma orientação mais pragmática às atividades da instituição, buscando aproximá-la dos lavradores e da lavoura, especialmente a do café. A organização dos serviços técnicos ficou constituída dos laboratórios de biologia vegetal e de biologia animal (ambos aplicados à agricultura), e de química. A criação de um laboratório de fermentação industrial também fez parte da nova estrutura.

No ano seguinte, na administração do Secretário de Agricultura Gabriel Ribeiro dos Santos, assumiu a direção do instituto Theodureto Leite de Almeida Camargo, engenheiro agrônomo formado pela Escola Politécnica, que permaneceu na direção de 1924 até

1942. Theodureto Camargo, crítico da orientação pragmática dada à instituição, "procurou implantar maior rigor aos trabalhos de laboratório e de campo", implantando seções de pesquisa básica. Essa reestruturação foi oficializada pela reforma de 1927.

A gestão de Theodureto Camargo representou a recuperação da instituição e marcou uma nova etapa no desenvolvimento da agricultura paulista, com a implantação das verdadeiras bases de experimentação científica, montagem de ensaios de campo, construção de estufas, instalação de laboratórios e modernização da biblioteca. Ele deu continuidade aos estudos específicos de interesse para a economia do Estado, ampliou o quadro do corpo técnico por meio da contratação de jovens agrônomos formados nas primeiras escolas de agronomia do país, como a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", e voltou-se para a criação de seções específicas, como a de Genética, objetivando a seleção e o melhoramento das plantas cultivadas no Instituto. Para dirigir esta seção foi contratado E. Taschdjian, técnico austríaco, o qual permaneceu na direção entre 1929 e 1930, período em que realizou trabalhos com o cafeeiro. Posteriormente, Carlos Arnaldo Krug recebeu uma bolsa de estudos da Secretaria da Agricultura para especializar-se em genética e citologia na Universidade de Cornell, e ao regressar, em 1932, implementou intensa atividade na seção de genética, destacando-se os estudos sobre o melhoramento do milho e do café.

Em São Paulo, entre 1920 e 1938, a área cultivada que mais se expandiu foi a de algodão, e nessa produção a contribuição do Instituto Agrônomo foi significativa, promovendo a melhoria da fibra, o controle fitossanitário das sementes e as práticas de cultivo. Objetivando a boa qualidade e o progresso dos trabalhos de seleção e criação de novas variedades, o governo estadual contratou o S. C. Harland, ex-chefe da Estação de Melhoramento do Algodoeiro do governo inglês em Trinidad, para trabalhar no Serviço de Genética do Instituto Agrônomo. A organização dos trabalhos sobre melhoramento do algodoeiro, realizados pelo Instituto, foi avaliada, na época, por técnicos norte-americanos, como a melhor.

Em 1932, foi iniciado, além das investigações citológicas e genéticas, um projeto de melhoramento em colaboração com a Seção de Café, e posteriormente, de melhoramento do milho. Presenciou-se, nesta fase, um processo de especialização do Instituto nas questões relativas à melhoria da produtividade vegetal, relegando as questões da saúde animal e vegetal, que passaram a ser atribuições do Instituto Biológico, criado em 1927, em São Paulo.

Os *Relatórios Anuais*, elaborados já nos primeiros anos da Imperial Estação Agrônomo de Campinas, eram documentos oficiais de divulgação dos trabalhos lá realizados. Apresentavam descrições detalhadas das experiências efetuadas, reflexões quanto às formas de se referir a outros trabalhos (nacionais e estrangeiros), comparações dos resultados científicos obtidos, indicações para a prática agrícola (estudos sobre a cana-de-açúcar, sobre as forragens, adubos etc.).

Em 1894 publicou-se uma coletânea de vários artigos extraídos dos *Relatórios Anuais*, de 1888 a 1893, intitulada Coleção dos Trabalhos Agrícolas. Nesses relatórios predominava a idéia de utilização da ciência para a modernização da lavoura, destacando-se os artigos sobre o estudo do solo, da água, dos vegetais e dos adubos, como artigo de Franz J. W. Dafert intitulado "Noções de Chimica Agrícola".

A nova estrutura, implementada em 1927, representou para o Instituto uma nova era, caracterizada por segura orientação interna e pelas primeiras publicações dos

técnicos e profissionais do IAC: o *Boletim do Instituto Agrônomo* e a *Revista de Agricultura*. Esta, criada em 1926, era publicada em Piracicaba com a colaboração de professores da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e da Escola Nacional de Agronomia. As publicações do IAC eram extremamente detalhadas, sendo constituídas também por relatórios e monografias sobre temas de grande interesse para a agronomia no Brasil. Presenciou-se, então, uma intensa fase de especialização de seus técnicos, quer pela definição mais precisa de suas atribuições, quer pela realização de viagens de estudos e especialização técnica em outros países.

O *Boletim do Instituto Agrônomo* apresentava documentos institucionais de outra natureza, não caracterizados pela difusão da ciência. Tratava-se de um veículo de informação, redigido em linguagem simples, de periodicidade menor e de melhor circulação entre os agricultores. Os boletins não foram editados no período em que Franz J. W. Dafert esteve à frente da direção da instituição, provavelmente pelo fato de que ele preconizava que outras publicações, como os *Relatórios*, definiam melhor a atividade institucional.

### **Imperial Instituto Bahiano de Agricultura-IIBA**

Embora tenha sido a **primeira instituição agrícola criada no período imperial**, propositadamente **deixamos para apresentá-la por último**, por ser a grande homenageada neste Simpósio.

A criação do **Imperial Instituto Bahiano de Agricultura** está inserida no contexto de uma política de recuperação da agricultura em crise, provocada na área de produção por problemas de mão de obra, capitais e atraso tecnológico, e na área de circulação pela retração do mercado internacional e conseqüente diminuição do preço do açúcar. Os proprietários de engenhos de açúcar localizados no Recôncavo baiano, representantes da aristocracia rural, alguns dos quais titulares do Império, estavam alarmados com a crise que atingia, principalmente, a grande lavoura canavieira, base de seu interesse no Nordeste. Para eles, os motivos da decadência da lavoura decorriam, principalmente, da deficiência de crédito rural e da falta de profissionais capazes de instruir os trabalhadores nos métodos já de há muito instituídos em outros países, em substituição aos adotados pelos proprietários e feitores quando do arroteamento do solo, escolha de sementes e aproveitamento dos subprodutos. Esse sentimento encontrou ressonância na atitude do Imperador, que, ao visitar a Bahia, convocou as associações de classe ligadas à lavoura, indústria, comércio e capital para debaterem a difusão do ensino agrônomo. Desta forma, em meio à aristocracia e figuras ligadas ao comércio, **nascia o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura**, criado pelo Decreto nº 2.500-A, de 1º de novembro de 1859.

Tratava-se de uma **associação** constituída de sócios efetivos, honorários e correspondentes em número ilimitado, e de um conselho de vinte e um membros representativos da lavoura. A diretoria seria composta por um presidente e cinco diretores. Na ocasião, o imperador **dom Pedro II** firma a seguinte mensagem:

*“Desejando assinalar a época de minha visita a esta Província com uma nova demonstração da constante atenção que presto à Agricultura como a principal fonte de riqueza do estado: Hei por bem criar uma **associação** (grifo nosso) com o título de Imperial Instituto Bahiano de Agricultura a qual se regulará por estatutos organizados segundo as bases que com este baixam, assinadas por João de Almeida Pereira Filho, do meu Conselho de Ministros e Secretários d’Estados dos Negócios do Império que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio na Cidade de S. Salvador da Bahia de*

*Todos os Santos, em 1º de novembro de 1859, 38º da Independência e do Império –com a rubrica de S.M. o Imperador. João de Almeida Pereira Filho.”*

À concorrida sessão inaugural, realizada no Palácio do Governo em 18 de novembro de 1859, compareceram, além do Imperador, o presidente da Província e representantes da elite açucareira do Recôncavo (barões, viscondes, comendadores, coronéis, majores e doutores), enfim, os mais respeitáveis cidadãos da Província, que se orgulhavam de hospedar o Monarca dom Pedro II.

Na sessão inaugural, é aprovado o Estatuto do Imperial Instituto, além de serem nomeados, entre os sócios já inscritos, os membros da diretoria e do conselho fiscal. A reunião termina com o quadro do Instituto composto por 104 sócios efetivos e sete sócios honorários. A organização administrativa básica resume-se à Diretoria e ao Conselho Fiscal, cujos poderes são limitados pelo Presidente do Instituto e pelas Assembléias Gerais das quais participam todos os sócios. Eis os seis Artigos que integram o Estatuto do Imperial Instituto:

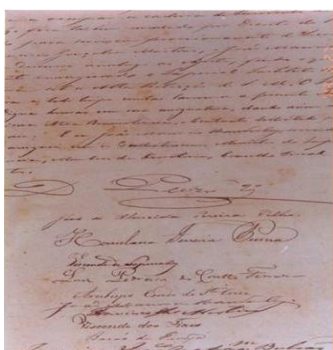
- ↪ Artigo 1º - O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura tem por especial objetivo animar e dar desenvolvimento à lavoura desta Província, já diretamente pelos meios ao seu alcance, já indiretamente auxiliando o Governo Geral e Provincial em tudo quanto possa concorrer para este fim;
- ↪ Artigo 2º - Compôr-se-á de sócios effectivos, honorários e correspondentes em número limitado, e será administrada por uma directoria de sete membros como delegados que auxiliam nos municípios de fora da capital, e por um conselho de 21 membros, competindo à primeira a agência dos negócios do Instituto, que não forem pelos estatutos expressamente reservados à Assembléia Geral, e à segunda a fiscalização dos atos daquela;
- ↪ Artigo 3º - Os membros tanto da directoria como do conselho fiscal serão da primeira vez nomeados pelo Imperador e, subsequêntemente, pelo Presidente da Província, que os escolherá dentre os sócios efetivos;
- ↪ Artigo 4º - O fundo social será formado das jóias dos sócios efetivos e correspondentes, das anuidades dos primeiros, dos donativos que o Instituto receber do Governo Geral e Provincial e dos particulares, da renda do capital do Instituto, e de tudo quanto este vier a adquirir por outros meios;
- ↪ Artigo 5º - O Presidente da Província será considerado presidente honorário do Instituto, quando não seja efetivo, e, tanto num como noutro caso, terá o direito de assistir às suas sessões e de sustar até definitiva decisão do Governo as deliberações que entender prejudiciais ao fim para que é criado o Instituto;
- ↪ Artigo 6º - Serão considerados relevantes os serviços que forem prestados ao Instituto, com zelo, assiduidade e dedicação não vulgares.

Pela importância histórica, transcreve-se abaixo, *ipsis litteris*, a Ata de Inauguração do Imperial Instituto:

“Acta de inauguração do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, creado por Decreto de 1º de Novembro de 1859.

Aos dezoito dias do mez de Novembro do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigésimo oitavo da Independência e do Império, às onze e meia horas da manhã, nesta leal e valorosa cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos, na Sala do Throno do Paço Imperial, e na Augusta Presença de S.M. o Imperador, o Senhor D. Pedro II, acompanhado do Conselheiro João d’Almeida Pereira Filho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios

do Império, do Arcebispo Conde de Santa Cruz, Conselheiro d'Estado Visconde de Sapucahy, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, e do Presidente da Província, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, achando-se reunidos o Senador Francisco Gonçalves Martins, Visconde dos Fiaes, Thomaz Pedreira Geremoabo, Barão de Cahahyba, D<sup>or</sup> José Augusto Chaves, Barão de Pirajá, coronel José Inácio d'Aragão Bulcão, João Maurício Wanderley, Visconde de Itapicurú de Cima, Barão do Rio das Contas, Desembargador Antônio Calmon Du Pin e Almeida, Coronel Francisco Vieira Tosta, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Egas Muniz Barreto d'Aragão, Cor<sup>el</sup> Simão Gomes Ferreira Velloso, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Francisco Antônio da Rocha Pitta e Argollo, D<sup>or</sup> Francisco Moreira de Carvalho, Cor<sup>el</sup> Antonio da Costa Pinto, Cor<sup>el</sup> Antonio Francisco Tinta, Cor<sup>el</sup> Sancho de Bithencourt Berenger César, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Francisco Ferreira Vianna Bandeira, D<sup>or</sup> Miguel de Teive e Argollo, D<sup>or</sup> Balthazar d'Araujo Aragão Bulcão, D<sup>or</sup> Pedro Muniz Barreto d'Aragão, Cor<sup>el</sup> Joaquim Pedreira Cerqueira, e Barão de São Francisco, nomeados membros por Decreto do referido mez de Novembro, para a Directoria e Conselho Fiscal do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, creado por outro Decreto de mesma data, o os Agricultores, Negociantes, Capitalistas e Proprietários, Cor<sup>el</sup> Antonio Pedrosa d'Albuquerque, Visconde de Passe, por Procurador, Com<sup>dor</sup> Joaquim Pereira Marinho, Barão de Paraguassú, Cor<sup>el</sup> Miguel José Maria de Teive e Argollo, Com<sup>dor</sup> Francisco José Godinho, Barão do Rio Fundo, Com<sup>dor</sup> Manoel José Teixeira Barbosa, Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Manoel José d'Almeida Couto, Antonio Francisco de Lacerda, Cor<sup>el</sup> Francisco Vicente Vianna, Cor<sup>el</sup> Luiz Manoel d'Oliveira Mendes, Major José Joaquim de Teive e Argollo, Joquim José Rodrigues, D<sup>or</sup> Custodio Ferreira Vianna Bandeira, Paulo Pereira Monteiro, Pedro Ferreira Vianna Bandeira, Luiz Francisco Gonçalves Junqueira, Major Antonio Valente Pinto Junior, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Manoel José de Magalhães, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Fructuoso Gomes Moncorvo, Francisco Xavier Machado, Com<sup>dor</sup> João Pereira da Motta, Francisco Dias Coelho Melo, D<sup>or</sup> Francisco Marques d'Araujo Góes, Com<sup>dor</sup> Manoel Belens de Lima, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Domingos Antonio d'Oliveira Meireles, Major Ubelino Silva Costa, José Carlos de Novaes Lins, , D<sup>or</sup> João d'Araujo Argollo Gomes Ferrão, Manoel de Teive e Argolo, Joaquim Lopes de Carvalho, D<sup>or</sup> Luiz Antonio Pereira Franco, Antonio Alves Pereira da Silva, Major Carolino da Silva Costa, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Manoel Caetano d'Oliveira Passos, Cor<sup>el</sup> José Ricardo Gomes de Carvalho, D<sup>or</sup> Antonio d'Araujo Aragão Bulcão, Ten<sup>te</sup> Cor<sup>el</sup> Domingos Rodrigues Seixas, João Gonçalves Ferreira, Major Francisco Antonio de Sampaio Viana, Manoel dos Santos Neves, Gonçalo Alves Guimarães, Candido Pereira de Castro, e D<sup>or</sup> Inocência Marques de Araújo Góes, para o fim de proceder a inauguração do referido Instituto, de conformidade com os respectivos estatutos, aprovados por Decreto da data de hoje, o Ministro e secretário d'Estado dos Negócios do Império impetrou permissão de S.M. o Imperador para inaugurar-se o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, e dignando-se o mesmo Augusto Senhor de concede-la, para o Conselheiro Herculano Ferreira Penna a ocupar a cadeira de Presidente do dito Instituto, para que fora também nomeado por Decreto de 1<sup>o</sup> do corrente e chamado para servirem provisoriamente de Secretário o conselheiro Francisco Gonçalves Martins, e João Mauricio Wanderley recitou um discurso análogo ao objetivo, findo o qual declarou solenemente inaugurado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, sob a Alta Proteção de S. M. o Imperador.



Ata de Inauguração do IIBA, com a assinatura de d. Pedro

Para todo o tempo constar lavrou-se a presente acta, que S. M. se digna honrar com sua assinatura, dando assim mais um testemunho da Alta Benevolência, constante solicitude pela Agricultura do Paiz. E eu, João Maurício Wanderley, servindo de Secretario, a escrevi e assinei com os excellentissimos Ministros do Império, Presidente da Província, Membros da Directoria, Conselho Fiscal e mais pessoas presentes”.



Assinam a ata, pela ordem: **D. Pedro 2º**, João d'Almeida Pereira Filho, Herculano Ferreira Penna, Visconde de Sapucahy, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Arcebispo Conde de Santa Cruz, João Mauricio Wanderley, Francisco Gonçalves Martins, Visconde de Fiaes, **Barão de Pirajá** (que participou da guerra pela independência do Brasil, na Bahia), Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, José Augusto Chaves, Tomaz Pedreira Gerimuabo, Antônio Francisco Tinta, Manoel Caetano de Oliveira Passos, Balthazar Araujo d'Aragão Bulcão, Visconde de Itapicuru de Cima, Antonio Calmon Du Pin e Almeida, Francisco Vieira Tosta, Barão de São Francisco, Sancho de Bithencout Berenguer Cesar, Antonio da Costa Pinto, Miguel de Teive e Argollo, Pedro Moniz Barreto d'Aragão, Inácio Roiz Pereira d'Utra, Francisco Moreira de Carvalho, Barão de Rio das Contas, Pedro Ferreira Vianna Bandeira, Miguel José Maria Teive e Argollo, Francisco Vicente Viana, José Joaquim de Teive e Argollo, Egas Moniz Barreto d'Argollo, Barão do Paraguassú, Luiz Antonio Pereira Franco, Manoel Belens de Lima, Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, Inocência Marques d'Araujo Góes, João Giz Martins, Simão Gomes Ferreira Velloso, Barão do Passé, Conde do Passé.

Após a reunião de fundação presidida pelo Imperador, foi levantada, entre os presentes, a quantia de 96.000\$00 (noventa e seis mil contos de reis) como fundo inicial para a instalação do Instituto. Pouco depois, a Assembléia Provincial, a pedido dos próprios lavradores, criou um tributo de cinco reis por arroba de gêneros exportados para subvencionar o órgão. A partir de 1872, a província fixou a subvenção em 20.000\$00 (vinte mil contos de reis), passando a arrecadar o imposto para outros compromissos. Deduz-se daí que a província, longe de haver dotado o instituto, tirou do imposto criado pelos seus sócios – que outros não eram senão os mesmos lavradores que solicitaram da Assembléia a sua criação – grandes vantagens, e por muito tempo.

Com sua organização administrativa e financeira basicamente definida nos seis artigos do Decreto nº 2.500-A, o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura começa suas atividades regulares em janeiro de 1860.

## **O nascimento da Imperial Escola Agrícola da Bahia**

Imperial Escola Agrícola da Bahia (1877); Instituto Agrícola da Bahia (1904); Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura da Bahia (1911); Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (1916); Escola Agrícola da Bahia (1919); Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (1967). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2005).

Em 29 de novembro de 1860, ou seja, um ano após a sua inauguração, o Imperial Instituto, por meio de mensagem enviada ao Imperador Pedro II, pleiteava **a criação de uma escola superior de agricultura na Bahia**, pois, nos discursos dos setores mais progressistas da classe dominante da 2ª metade do século XIX, a necessidade da educação agrícola como meio de resolver alguns problemas da agricultura baiana é constantemente mencionada. Segundo esses discursos, “como o atraso da técnica e o problema da mão-de-obra são causados, em parte, pela ignorância da maioria dos lavradores, a disseminação de teorias e práticas avançadas os transformaria em produtores mais aptos a dirigirem suas fazendas...

Partindo do pressuposto de que a educação profissional é a primeira das condições de existência regular da agricultura e a falta dela é, sem dúvida alguma, uma das causas da nossa decadente lavoura o Imperial Instituto empenha-se em promover, dentro dos limites de suas acanhadas forças e recursos, a criação da Escola Agrícola. Essa Escola é saudada como *destinada a derramar as luzes do ensino practico tão necessário à*

*regeneração de nossa lavoura e considerada como o fim principal desta e de cuja criação tão brilhante resultado espera não só a nossa lavoura como também todas as classes sociais, visto ser a agricultura a fonte principal de riqueza pública...*

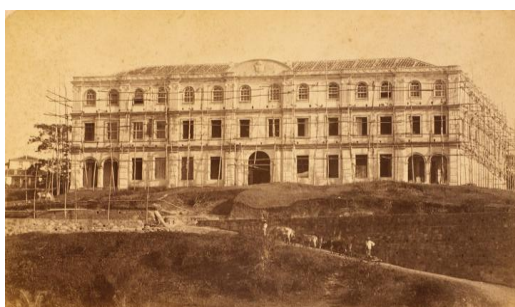
Concedida a autorização para a criação da Escola, em 1863, as discussões giraram primeiramente em torno de sua localização. A diretoria do Imperial Instituto nomeia, então, uma comissão para a escolha do local. Várias propostas foram apresentadas e analisadas: uma delas sugeria que a escola fosse construída em terreno por onde passasse a linha férrea da Capital à Alagoinhas; outra, que fosse edificada na Fazenda São Gonçalo (no Cabula, em Salvador); outra, no Engenho Novo; e ainda outra, no Engenho das Lages (da ordem religiosa Beneditina). Venceu a proposta da ordem Beneditina, que oferecia as seguintes vantagens: terrenos extensos e variados, apropriados para vários tipos de culturas e pastagens; por já possuir edifícios; pela localização entre os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, principais produtores de cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano.

Eis, na íntegra, o texto do “termo de contrato” dessas terras, tirado de Livro de Atas da Escola Agrícola, arquivado junto com o Livro de Atas do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura em local reservado, no gabinete do Diretor da Escola de Agronomia da UFBA (BAHIA...,1907):

Termo de contrato com o Reverendo D. Abbade Geral da Congregação Beneditina Fr. Thomaz de São Leão Calmon, para arrendamento do Engenho das Lages. Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e três, nesta Leal e Valorosa Cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos, no Palácio do Governo da Província, perante o Excellentissimo Senhor Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, como Presidente do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, por este authorisado, compareceu o Reverendíssimo D. Abbade Geral da Congregação Beneditina, Frei Thomaz de São Leão Calmon, afim de contractar com o mesmo Imperial Instituto o arrendamento do Engenho de fabricar assucar, denominado “Lage” de que é proprietário e legítimo possuidor o Mosteiro de São Bento da mesma Cidade, situado no Município da Villa de São Francisco do Conde, Comarca de Santo Amaro, mediante as condições seguintes: - 1ª - O Mosteiro dá de arrendamento ao Instituto o “Engenho da Lage” com todas as benfeitorias existentes, e com todas as terras de que actualmente se acha de posse, ficando entendido que o terreno dado de arrendamento limita-se, pelo lado do Norte com o riacho = Apicum = no fim do qual tirar-se-á uma recta em direcção de S.E., até finalisarem as terras da propriedade. 2ª - O prazo de arrendamento é de nove annos contados do dia em que for assignada a escriptura. 3ª - A renda estipulada é da quantia, digo, é de quatro contos de réis por anno, mas desejando o Mosteiro, pela sua parte, concorrer para o progresso e melhoramento da Agricultura, declara, que cede annualmente, a beneficio do Instituto a quantia de um conto de reis, ficando assim reduzida a renda a três contos de reis, que será paga por adiantamento, no primeiro dia útil de cada anno do contracto; e o primeiro pagamento será feito no acto de assignar-se a escriptura. 4ª - O Instituto obriga-se também pagar por indenisação ao Mosteiro, no acto da assignatura do contracto o preço em que previamente for estimado todo gado de criar, que existe no Engenho, assim como o valor das lavouras. 5ª - É livre ao Instituto fazer as benfeitorias que approuver, mas em circumstancia alguma poderá ... (ilegível) quer o presente contrato expire pela terminação do ... (ilegível), quer por meio de recisão, quer pela extinção do Instituto: casos estes em qualquer dos quais ellas passam integralmente para o domínio do Mosteiro, a excepção das benfeitorias moveis, das quais o Instituto poderá dispor como lhe agradar. 6ª - A falta de um pagamento de renda no dia primeiro de seu vencimento, importará a recisão do contracto, sendo o Instituto obrigado a pagamento da renda até entrega e ao juro de um por cento pelo tempo da demora. 7ª - O Instituto obriga-se. §§

1º A não consentir qualquer posse estranha, ou usurpação nos terrenos arrendados, e a defender os pleitos que se levantarem com predios confinantes, sempre que por direito for permitido aos rendeiros intervir em tais pleitos, dando de tudo immediatamente conhecimento ao Mosteiro, a fim de defender este judicialmente a sua propriedade. § 2º A não sublocar no todo o Engenho arrendado, nem por qualquer modo transferir o presente contrato sob pena de rescisão. § 3º A não estabelecer ou permitir servidão passiva do prédio, ou outro qualquer ônus, que actualmente não pese sobre elle. § 4º A fazer todas as benfeitorias necessárias a conservação da propriedade. § 5º A indennisar as deteriorações que o prédio soffrer, se no acto da entrega não se achar elle pelo menos no estado descripto no presente contracto. § 6º Se no fim do arrendamento agradar ao Instituto a renovação do contracto, pelo mesmo prazo, ou por menor, o Mosteiro se obriga a realizar essa renovação sob as mesmas, ou sob quaisquer outras condições, que forem accordadas então. E para constar se lavrou este Termo, que assignaram as partes contractantes; e eu Elpidio da Silva Baraúna, o escrevi. Assignados: Antonio Coelho de Sá e Albuquerque – Frei Thomaz de São Leão Calmon D. Abbade Geral. Testemunhas: João Olegário Rodrigues Vaz – Alexandre Sebastião Borges de Barros. Está conforme. (Assignado) Elpidio de Sá Baraúna. Directoria da Agricultura, Viação, Industria e Obras Publicas do Estado da Bahia, em 9 de Julho de 1907(?). ... (ilegível) Fontes Ferreira, 2º official interino

Escolhido o local para sua instalação, é acertado o contrato para o aluguel do Engenho das Lages, ficando o naturalista francês Louis Jacques Brunet encarregado de dirigir as obras, dispondo, inicialmente de uma mão-de-obra composta de vinte e oito africanos livres e de uma verba de 3.000\$000 mensais.



Mosteiro das Lages, São Francisco do Conde

Com esses recursos e sob as bênçãos dos membros do Imperial Instituto, que solicitando ao Diretor a planta e o orçamento para a ampliação do prédio já existente no Engenho recomendam prudentemente que as despesas sejam feitas em 'armonia com os recursos de que dispõe o Instituto', começam as obras da Escola Agrícola da Bahia em dezembro de 1863.

Todavia a prudência que os poucos recursos do Instituto aconselham que seja adotada é sabotada pelo velho vício da suntuosidade ao qual a nobreza açucareira está acostumada desde os tempos coloniais, e a harmonia não caracteriza as atribuladas obras da Escola Agrícola. O conflito entre a falta de recursos materiais e as pretensões megalomaniacas dos barões do Recôncavo provocou uma arritmia crônica nessa construção, que após períodos de aceleração frenética entra muitas vezes em repouso forçado. Nesse ritmo descompassado, a construção do edifício principal da Escola Agrícola estendeu-se por 14 anos, consumindo vultosa soma de dinheiro, inclusive com material importado da Europa. E - pasmem! - construído em terreno arrendado, com prazo de contrato definido...



Imperial Escola Agrícola da Bahia, 1877

Finalmente, num clima de expectativa otimista se inaugura, em 15 de fevereiro de 1877 - portanto, 17 anos depois de pleiteada pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura-, a **Imperial Escola Agrícola da Bahia** com o objetivo de formar mão-de-obra especializada que, disseminando pelo Recôncavo uma tecnologia mais desenvolvida, contribuísse para a recuperação da economia açucareira.

Pela importância histórica, a transcrição da Ata de Inauguração da Escola está literalmente transcrita abaixo:

“Acta da inauguração solene da Escola de Agricultura da Bahia, em São Bento das Lages, no dia 15 de Fevereiro de 1877.

Aos quinze dias do mez de Fevereiro do anno de mil oitocentos e setenta e sete, sendo Presidente desta Província o Exmo. Senr. Desemb. Henrique Pereira de Lucena e membr os da Directoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura os Senhores Visconde de Sergimirim, Presidente, e Augusto Silvestre de Farias, Secretario, José da Costa Pinto Thez.: Joaquim Elycio Pereira Marinho, Barão de S. Thiago, e Com<sup>or</sup>. Francisco de Sampaio Viana, foi inaugurada em prezença de um concurso numeroso a Imperial Escola Agrícola da Bahia, no edificio de São Bento das Lages, celebrando-se a sessão solene de instalação, de conformidade com os estatutos approvados pelo Governo Imperial e regulamento em vigor, pronunciando o Director da Escola, o Senr. Doutor Arthur Cezar Rios, o discurso de inauguração seguindo-se depois com a palavra o Senr. Augusto Silvestre de Faria, em nome da Directoria e o Senr. José Vasconcelos de Souza Bahiana, em nome da Agricultura, precedendo a todo esse acto o Santo Sacrifício da Missa, celebrado pelo Reverendissimo Capellão do Estabelecimento, padre João Octaviano de Araujo, pelo que lavrou-se a presente Acta, que vae assignada por sua Excelência o Senr. Desemb. Presidente da Província, Membros da Directoria, Director da Escola, Corpo Docente e por todos os cidadãos presentes que a quizerem”.

Inaugurava-se assim **a mais antiga escola superior de agricultura da América do Sul - predecessora da atual Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** -, situada em São Bento das Lages, às margens do rio Sergi do Conde. O *Campus* era composto de um edificio destinado à moradia e atividades pedagógicas dos alunos; das casas dos professores; de uma área externa destinada aos trabalhos práticos na qual estavam os campos experimentais, o curral a estrebaria e os cercados. O edificio principal, de dois andares, com 190 palmos em quadro, com duzentas e cinqüenta e duas janelas e portas e quatro portões, era composto de salões, salas de aula, dormitórios, banheiros, cozinha, uma biblioteca, uma capela e um museu com 3.462 exemplares de anatomia-osteologia, paleontologia, esqueletos, imitações em gesso, pneumatologia, neurologia, mamíferos, aves, galináceos, pernaltas, peixes, crustáceos, moluscos, museus de física e de química. A biblioteca possuía 1.517 obras em 3.813 volumes de ciências, artes e industrias relacionadas com agricultura. Para os trabalhos nos campos de ensaio, a Escola era provida de instrumentos e máquinas modernas compradas na Europa, em 1871. O seu primeiro diretor foi Artur Cesar Rios.

O ensino era ministrado em dois graus: o elementar, destinado a habilitar candidatos à profissão de lavrador e de regente florestal, e o supletivo, destinado ao preparo de engenheiros agrônomos e veterinários. As aulas eram teóricas e práticas, completando-se os cursos de agronomia e veterinária em quatro e três anos, respectivamente. O ano escolar era dividido em semestres, ao fim dos quais os alunos eram submetidos a exames teóricos e práticos. A apresentação de defesa pública de tese em agricultura e ciências afins encerrava os cursos.

Em 1877 eram 57 os alunos matriculados, sendo 19 no curso superior de agronomia e 38 no elementar. Dos vinte alunos matriculados no curso superior de agronomia no ano da inauguração da escola, apenas dez se formaram no dia 23 de janeiro de 1881. Defenderam tese e receberam o título de engenheiros-agrônomos. Eram os primeiros agrônomos formados no Brasil. Desde a sua fundação, em 1877, até 1904, a Escola Agrícola da Bahia teve 380 alunos matriculados e diplomou 377.

Durante os quarenta e cinco anos de sua existência (1859-1904), são documentadas inúmeras sugestões e contribuições da instituição para a recuperação da agropecuária da Província, entre as quais se encontram as seguintes:

⇒ Proposta do sócio Antônio Francisco Lacerda para a adoção do invento do Prof. Silliman, que consiste no aproveitamento do bagaço da cana ainda úmido como combustível;

⇒ Proposta do sócio Miguel de Teive e Argollo para a criação de uma fazenda modelo e para o estabelecimento de cultura de cana empregando 50 ou mais braços europeus ou asiáticos, e conjuntamente, o arado a vapor e sistema de irrigação;

⇒ Nomear na Europa e nos Estados do sul da União Americana membros por correspondência que mandariam informações de utilidade para a lavoura como, por exemplo, acerca de “machinismos mais modernos que facilitem o trabalho”;

⇒ Assinatura, na Europa, de jornais e publicações acerca da agricultura e fabrico do açúcar e o contrato com o jornal “A Tarde” para a publicação de artigos referentes à agricultura;

⇒ Introduziu e estudou variedades de cana, fumo, mandioca, trigo, cacau e algodão, assim como cuidou do melhoramento da criação de bovinos e suínos. Em 1910, sua coleção de mandioca contava com 76 variedades, todas elas estudadas do ponto de vista botânico e químico, havendo variedades que apresentavam peso médio de raízes acima de 8,75 kg/planta e 31,14% de amido (variedade Amarela) e 7,48 kg/planta e 37,67 % de amido (variedade Milagrosa);

⇒ Trabalhou com a tecnologia de fabricação de açúcar, aguardente e farinha de mandioca;

⇒ Engajou-se no combate à moléstia da cana. O cultivo depredatório a que foi submetido a cana-de-açúcar, durante séculos, vai enfraquecendo a sua capacidade produtiva e isso torna-se mais agudo no meado da década de sessenta (1860), quando a moléstia, que, detectada na comarca de Nazaré, ameaça se alastrar pela zona canavieira. A primeira providência tomada é a nomeação de uma comissão para estudar *in loco* a moléstia que ataca os canaviais e tantos prejuízos vinha causando à lavoura daquele município. O relatório das conclusões dessa comissão é enviado ao Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, e o autor desse documento, Dr. João Martins da Silva Coutinho, faz diversas considerações sobre as implicações, não apenas técnicas, mas também político-econômicas dessa epidemia, concluindo que a causa básica é a velhice dos canaviais. Diante da gravidade da situação, os Governos Imperial e Provincial, os produtores de açúcar e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura unem esforços para minimizarem os efeitos da epidemia, e uma espécie de rede de distribuição de sementes é estabelecida. Tentando solucionar o problema, a forma de atuação do Imperial Instituto foi a seguinte: recebia, por meio do Ministério da Agricultura, mudas de cana que eram imediatamente distribuídas ou plantadas no Engenho das Lages; neste caso para serem distribuídas aos lavradores da Província assim que houvesse sementeira.

⇒ Testou máquinas e equipamentos agrícolas, adaptando-os as condições locais, como aconteceu com a máquina de farinha de mandioca, conhecida como *casa de farinha*, que foi estudada e adaptada, procedendo-se diversas modificações até torná-las mais funcional e econômica. A primeira experiência de mecanização à tração motora foi realizada na Barra, Bahia, em 11 de maio de 1871, utilizando-se uma máquina a vapor *Thomson* que moveu um arado. O acontecimento foi festejado não apenas pelo êxito da experiência pioneira, mas pelo que ela poderia representar, com a expansão do uso, para

atenuar o problema da falta de braço escravo para a lavoura, na eventualidade da abolição da escravatura, o que de fato aconteceu anos depois. A iniciativa da experiência foi do Dr. F. A. Pereira rocha;

↳ Periodicamente, o instituto era solicitado, pelo Ministério da Agricultura a prestar informações sobre a situação da lavoura e da criação na província da Bahia. Nessas ocasiões, comparecia com análises lúcidas e sugestões capazes de orientar as decisões políticas;

↳ Docentes e diplomados da EAB participaram ativamente de periódicos científicos voltados para a agricultura no estado da Bahia, tais como o *Boletim* da Secretaria da Agricultura (1903), *Correio Agrícola*, da Sociedade Baiana de Agricultura. Em outubro de 1911, os estudantes da Escola Agrícola da Bahia lançaram o periódico mensal *O Agrônomo*.

↳ **Criou a primeira escola superior de agricultura da América do Sul – a Imperial Escola Agrícola da Bahia** -, sua mais expressiva realização, que perdura até os dias atuais.

Muitas críticas ao funcionamento da Escola se sucedem durante seus vinte e cinco anos de existência, girando principalmente em torno de sua localização, da essência de seu ensino e de sua dependência do Instituto Bahiano de Agricultura. Em 1893, Arlindo Fragoso, professor da Escola, escreve uma série de artigos sobre a Escola Agrícola da Bahia, publicados no “Jornal de Notícias” por meio dos quais o autor reage ardorosamente contra “os inimigos declarados ou desfarçados” dessa Instituição:

(...) ‘É tempo de ser levantado do espírito público a mofada suspeita de que a Escola Agrícola, desviada de seus fins, é um asylo de incapazes sem forças para colaborar na obra urgentíssima da restauração de nossa agricultura’. Com essa preocupação básica de ser imparcial e não ‘difamar nem divinizar o funcionamento da Escola Agrícola’, coloca a responsabilidade de sua situação no governo Provincial que ‘liberando dos seus orçamentos apenas migalhas, contribui para a ‘vida de mendiga abandonada, esperando uma reforma cem vezes prometida e cem vezes esquecida’. Acusa também os governos do Império e da República de nunca ter tentado uma reforma séria e de solicitar, apenas para descargo de consciência, ‘umas cem vezes, dados, esclarecimentos, informações, projectos de reformas, inventários dos bens e material escolar existentes, e quejandas peças de papelório oficial com que vai ganhando tempo, semeando esperanças... e desilusões.’

Um ano depois da publicação dos artigos do professor Fragoso, o Presidente da Província, Rodrigues Lima, na mensagem de 1894, aconselha “a aposentação compulsória da Escola Agrícola com todas as honras que merece tudo quanto representa um velho produto das gerações extinctas”, justificando sua opinião no seguinte discurso:

“O ensino doutrinário e disciplinar dessa Escola não satisfaz as exigências da época. Ali não há os meios necessários para a formação de todas as espécies de engenheiros de que carecemos. O próprio ensino elementar é insuficiente. Em uma palavra: as condições financeiras, o local do edifício, a necessidade de suspensão de seu internato, os defeitos de seu programa de ensino, a ausência das verdadeiras vantagens e garantias do seu corpo docente, o archaísmo de seu regulamento vigente, tudo, enfim, está a denotar a decadência della e a reclamar insistentemente providencias urgentes, decisivas e eficazes de modo a não ficar sem prompto provimento esse assunto de tamanho valor.”

A Imperial Escola Agrícola da Bahia ficou subordinada à direção do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura de 1877 até 1904, quando passaram a chamar-se, ambas as instituições, Instituto Agrícola da Bahia, permanecendo com essa nomenclatura até 1911. Maria Antonieta de Campos Tourinho, em sua dissertação de mestrado, resume assim o *esplendor e a agonia* do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e de sua Escola Agrícola:

As carências da agroindústria açucareira têm sua origem no sistema de exploração colonial implantado no Brasil no século XVI, sistema esse que emprega o mínimo de capital e retira o máximo de lucro que acumula na Metrópole. A distribuição desigual de capitais se processa durante todo o período colonial e mesmo depois da Independência, a concentração continua nas mãos dos comerciantes em detrimento da agricultura. A esse sistema colonial ajusta-se o regime escravista o qual provoca um baixo nível tecnológico e condiciona a classe dominante a um tipo de exploração do trabalho que se reflete na 'crise' de mão-de-obra, tão mencionada nos discursos dos produtores de açúcar da segunda metade do século XIX.

A existência de uma população rural livre disponível para o trabalho, entrevista em alguns discursos da classe dominante baiana e comprovada em algumas teses dos acadêmicos da Escola Agrícola, desmente as queixas e previsões catastróficas sobre a falta de braços, provocada pela resistência dos produtores de açúcar em aceitar o fim do regime escravista e pela reação da população livre em se sujeitar a um trabalho sistemático nos engenhos. Dessa maneira, condicionada pela distribuição desigual de capitais, com uma mão de obra escrava ameaçada de extinção e com baixo nível tecnológico, a agroindústria do açúcar está, na segunda metade do século XIX, diante de um impasse. Ainda fortemente caracterizada por traços coloniais, precisa se modernizar para enfrentar o mercado internacional, no qual a concorrência do açúcar de beterraba (produzido na Inglaterra, observação nossa) e o crescimento de outros centros produtores de açúcar de cana provocam a restrição do mercado consumidor e, conseqüentemente, a diminuição do preço do produto.

Diante desse quadro, alguns setores progressistas da classe dominante, receando que a crise traga modificações no sistema de poder, optam por um tipo de modernização que possa contribuir para a recuperação da economia açucareira sem ameaçar as bases da estrutura socioeconômica do sistema. Assim, esses setores tentam a disseminação de uma tecnologia mais avançada e a mudança da mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar que continua presa às velhas práticas rotineiras. Nesse contexto, são criados os Imperiais Institutos do Nordeste que tentam equilibrar a contradição existente entre a necessidade de reformar e o receio demonstrado pela maioria dos produtores diante da modernização.

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não foge à regra geral, e o temor de abrir espaço para reformas mais profundas está sintetizado no seguinte documento assinado pelo Barão de Geremoabo, presidente do Instituto em 1869: 'Nenhuma medida trará no entanto mais benéficos resultados à classe agrícola, verdadeiro sustentáculo do país, do que a consagração imediata dos princípios que regem a agricultura civilizadora de outras localidades. Só ela poderá transformar sem abalo o trabalho entre nós, conservando a produção entre as mãos do que atualmente a exploram. De outra forma, teríamos, testemunhas impotentes, de assistir ao espetáculo de medonhas crises e ruínas sucessivas. Sobre os destroços do presente assim desmoronado se ergueria sem dúvida um novo edifício de cujo seio seriam inevitavelmente banidos os que não souberam ou que não puderam conjurar a tormenta, ainda avisados de sua aproximação.'

Apesar do discurso progressista e das manifestas intenções de introduzir e estimular as mudanças de mentalidade da classe proprietária rural vista como

retrógrada e ignorante, as resistências a uma atuação realmente modernizadora manifestam-se no quadro social do próprio Instituto. A euforia inicial que caracterizou a sessão inaugural à qual comparecem, estimulados inclusive pela presença do Imperador, representantes de vários ramos da economia baiana, vai se arrefecendo e às reuniões e assembléias gerais do Instituto comparecem cada vez menos sócios, sendo que, a partir de 1877, apenas funcionam as sessões da diretoria. Essa deserção gradual demonstra o caráter conservador do quadro social do Instituto, que não incorporou o próprio discurso progressista. A maioria abandona o movimento modernizador, deixando essa tarefa uns poucos obstinados que se sucedem na diretoria da Instituição.

A presidência do Instituto é ocupada, nos seus quarenta e cinco anos de existência, por elementos ligados à aristocracia açucareira e são os senhores de engenhos do Recôncavo que predominam na diretoria durante as primeiras duas décadas de funcionamento da instituição. Apesar de pertencerem aos setores mais progressistas da classe dominante, em vez de fazerem inovações em suas propriedades e pretenderem convencer os proprietários mais retrógrados da validade dessas inovações, esses elementos defendem politicamente posições conservadoras, colocando-se contra qualquer transformação que possa ameaçar a ordem estabelecida.

A partir da década de 80, sócios ligados à Associação Comercial passam a dominar a diretoria, havendo inclusive, na década de 90, transferência de suas reuniões (até então realizadas no Palácio do Governo, observação nossa) para a sede dessa Associação. A participação de comerciantes, entretanto, no momento em que a diretoria torna-se o único setor atuante e com amplos poderes de decisão, não altera as características básicas do Instituto de Agricultura.

Apesar das contradições de interesse registradas na documentação contemporânea através de queixas dos representantes da agricultura que se sentem lesados pelo comércio os senhores de engenho e os comerciantes representam duas forças conservadoras. A prosperidade de ambos, dependendo da agricultura de exportação, une seus interesses na luta pela recuperação da economia açucareira.

A tentativa de modificação da mentalidade rotineira dos plantadores se efetiva no Imperial Instituto Bahiano de Agricultura com a criação da Escola Agrícola. Por isso, a Bahia vai ter **o mais duradouro e fértil** (grifo nosso) dos três Imperiais Institutos criados no Nordeste. **O funcionamento da Escola Agrícola de São Bento das Lages motiva a sobrevivência até 1902 do Imperial Instituto e é responsável por suas realizações mais concretas** (grifo nosso), com a formação de engenheiros agrônomos e as tentativas de preparar mão-de-obra a nível de operário e de estabelecer campos de experimentação para disseminar entre os lavradores do Recôncavo uma tecnologia mais avançada.

No documento em que a diretoria expõe ao Presidente da Província a situação do Instituto, está explícito o caráter educacional da Instituição, fundada 'com o fito de não só melhorar materialmente os processos da lavoura pátria, mas libertar pelo desenvolvimento da intelligencia os lavradores da Província dos pesados encargos que tornão senão estéril pelo menos sem lucro suficientes o trabalho dos nossos campos. Difficultando a introdução dos princípios civilizadores e por conseqüência paralizando a seiva de nossa existência nacional'.

Informado de que todos os recursos do Imperial Instituto estão concentrados na construção da Escola Agrícola, o documento solicita ajuda financeira da Província, argumentando que se os problemas financeiros forem resolvidos 'poderá a associação prosseguir desassomburada na estrada que vai trilhando com tantos tropeços e conseguir emfim a resolução definitiva das questões que se prendem ao engrandecimento do Paiz pela regeneração da lavoura e pela educação agrícola'.



A Escola Agrícola se estrutura em dois níveis: o elementar, destinado a formar regentes agrícolas que multipliquem os conhecimentos adquiridos no curso entre os outros operários dos engenhos, e o superior, destinado à formação de 'agrônomos ilustrados, capazes de inovar' e, através da difusão destas inovações, mudar a mentalidade retrógrada da maioria dos produtores de açúcar. O Instituto pretendia, dessa maneira, lutar contra a ignorância dos produtores de açúcar, superar o baixo nível tecnológico da agroindústria açucareira e resolver as contraditórias questões de mão de obra que se acirram na segunda metade do século XIX.

Diante da inevitável diminuição da população escrava, provocada pela abolição do tráfico em 1850, uma parte da classe dominante baiana aceita a alternativa da utilização de mão-de-obra livre. Os objetivos do Instituto identificam-se com a posição desses setores mais progressistas que lutam para que as inevitáveis transformações nas relações de trabalho se processem sem tumultuar a ordem estabelecida.

Na reunião de 21/05/1884, a diretoria do Instituto decide enviar ao Presidente da Província o seguinte documento que expressa o seu receio diante da ameaça abolicionista: 'O Sr. Barão de São Francisco como Presidente do Instituto cujos estatutos conferem poderes a sua Directoria para representar ao Governo Geral e Provincial em tudo que concerne com os interesses da lavoura e em atenção ao Estado agitado pelos abolicionistas que vão provocando em outras Províncias a desorganização do trabalho, entendeu e foi apoiado pela Directoria que se dirigisse ao poder geral uma representação pedindo garantias ao direito de propriedade e que a emancipação fosse sendo feita de accordo com a lei votada, evitando-se reacções tumultuosas'.

O Instituto adota, dessa maneira, uma política cautelosa e opta pela formação de uma mão-de-obra livre porém controlável. Através do curso elementar pretende multiplicar operários disciplinados que se adaptem a um trabalho sistemático e implantar uma forma de relação de trabalho que, incorporando as vantagens do trabalho livre, mantenha similitudes com as relações escravistas. Como a população rural que, vagando pelo Recôncavo da Bahia, prefere mariscar (catar mariscos) e plantar em terras alheias a se submeter ao trabalho nos engenhos, os alunos do curso elementar também reagem contra o assalariamento, preferindo incorporar-se ao trabalho no sistema familiar de subsistência. Por outro lado, as atenções das diretorias do Instituto e da Escola Agrícola estão voltadas para o curso superior que, sem recursos, com um corpo docente insuficiente e sem uma definição exata de seus objetivos, é alvo de críticas dos que pretendem transferir a sua administração para o estado e sua sede para a capital.

Diante dessa críticas, o Instituto responde com tentativas frágeis de reformas e com estatísticas que comprovam o aumento do número de vagas, de matrículas e de alunos concluintes do curso superior. Esta resposta expressa bem o propósito da diretoria em manter a qualquer custo um estabelecimento mesmo que, em última instância, sua única função seja a de fornecer diplomas a uma elite agrária.

A ampla proposta inicial do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura 'de salvar do aniquilamento a lavoura nacional' com a concentração de seus recursos na construção da Escola Agrícola, resume-se à formação de um contingente pouco expressivo de uma mão-de-obra a nível elementar e à manutenção de um curso superior, mais teórico do que prático, que fornece diplomas a engenheiros agrônomos.

O grande obstáculo enfrentado pelo Instituto para a realização de suas propostas iniciais são as dificuldades financeiras. Criado em uma conjuntura favorável a esse tipo de empreendimento - à sessão inaugural comparecem inúmeros representantes da classe dominante da Bahia que se comprometem a pagar jóias e anuidades- à medida que se agrava a situação da agroindústria do açúcar diminuem os

seus recursos dependentes da contribuição dos sócios e das subvenções oficiais. Essa contradição fundamental é, entretanto, camuflada pela supervalorização da educação que, colocada como fator básico de desenvolvimento, desvia a análise da realidade da instância econômica e permite empreendimentos como o Imperial Instituto e a Escola Agrícola.

A análise dos problemas da agroindústria açucareira, desviada da instância econômica para a educacional, não significa, entretanto, que a classe dominante não tenha consciência da importância da falta de capitais no quadro da economia açucareira. Essa carência, de uma maneira geral, é sinalizada entre as notícias da falta de braços, a rotina e suas conseqüências para a economia açucareira e, algumas vezes, é responsabilizada como causa fundamental da crise dessa economia. No relatório de 1863, a diretoria do Instituto posicionando-se a favor da introdução de novas máquinas, reconhece que o grande obstáculo é a 'falta de capitais que não existem à disposição da máxima parte dos lavradores'. Na fala de 1881, o Presidente da Província considerando a falta de capitais como 'o verdadeiro flagello da lavoura' afirma que 'não há lavoura que prospere ou se mantenha em semelhantes condições'.

Apesar da consciência de que para promover inovações o lavrador precisa de capitais, as tentativas de modernização feitas pela classe dominante efetivam-se na área educacional e a ideologia da educação é veementemente defendida nas teses dos acadêmicos de São Bento das Lages. A tradição, desde as reformas tentadas pelo Governo Português nos fins do século XVIII e começo do século XIX, de se tentar resolver parte dos problemas da economia açucareira através da disseminação de informações é mantida com a publicação das teses dos formandos da Escola Agrícola. Os acadêmicos tentam minimizar, nessas dissertações, a ignorância da maioria dos lavradores, com orientação técnica sobre a agricultura e pecuária e ampliação de questões já discutidas pelos produtores de açúcar referentes a problemas de mão-de-obra e técnica, e para assuntos controvertidos como a questão salarial, as vantagens da cultura intensiva e a transformação do regime de propriedade da terra.

A publicação dessas dissertações - provavelmente pouco manuseadas, como os volumes de o 'Fazendeiro do Brasil' que no começo do século apodreceram nos armazéns do governo e os exemplares do 'Manual do Fabricante de Assucar' publicados na década de 50 (1850) - repete o velho costume da tentativa de disseminação de informações com os mesmos resultados pouco compensadores. Além de retomar o caráter educacional das propostas modernizadas dos setores mais progressistas da classe dominante baiana, incorporado pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, essas teses pouco influem para a transformação da economia açucareira. Quanto à utilização da mão-de-obra formada pela Escola na agroindústria do Recôncavo Baiano, as estatísticas, apesar de falhas e descontínuas, demonstram que a quantidade de formandos que se dedicam à lavoura da cana é pouco significativa e que, dessa maneira, os projetos modernizadores do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura não foram praticamente absorvidos pela economia açucareira. Entretanto, apesar de não ter disseminado uma tecnologia mais avançada, nem através de seus campos de ensaio, nem através da multiplicação de uma mão-de-obra especializada, a fidelidade do Instituto aos seus princípios conservadores se caracteriza na formação de uma nova elite, alguns comprometidos com a produção, na hierarquia social baiana.

O comprometimento do Instituto com o aspecto pedagógico do movimento modernizador, iniciado nos fins do século XVIII com as reformas promovidas pelo Governo Português na economia açucareira, **realiza-se não apenas através da formação de elementos que reproduzam a ideologia da educação como fator de desenvolvimento, mas principalmente com a construção de uma Escola que é o germe de todo o ensino agrícola da Bahia** (grifo nosso).

Refletindo sobre esses fatos narrados no excelente trabalho de dissertação de Maria Antonieta de Campos Tourinho, chega-se à triste conclusão de que o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e sua Escola Agrícola foram vítimas de intrigas e divergências políticas entre os que outrora detinham o poder. Senão, vejamos:

“Dois anos depois da inauguração da Escola - escreve a autora -, o seu diretor, deputado Artur Rios, ocupa a tribuna da Assembléia Provincial para, através de um discurso de cinco páginas, refutar as duras acusações feitas à diretoria do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e da Escola Agrícola.



Estas críticas, feitas pelo Presidente da Província Antônio Araújo Aragão Bulcão, na fala de 1879, são endossadas pelo deputado da situação Dr. Domingos Rodrigues Seixas, que no seu discurso de 24/07/1879 critica o presidente do Instituto, Visconde de Sergimirim, o diretor e a congregação da Escola Agrícola que considera ‘uma diretoria incompetente e sem habilitações, vivendo amigavelmente na mais santa paz numa congregação de família’.

As críticas do Presidente da Província têm como alvo principal a administração do estabelecimento pelo Imperial Instituto. A Escola Agrícola, apesar de pertencer a uma entidade particular, vive exclusivamente dos cofres públicos e não corresponde ao objetivo inicial de formar técnicos especializados, pois o reduzido número de alunos não compensa o investimento feito pela Província. Depois de abordar a inconveniência da Escola ser gerida pelo Imperial Instituto, discurso que posteriormente vai acirrar os ânimos com algumas críticas reivindicando a transferência da administração do estabelecimento para o Estado, Bulcão se refere à sua localização em São Bento das Lages, ‘local mal escolhido e distante da capital’. Critica os programas que não seguem as escolas européias e o corpo docente que considera ‘não ser a exigível para o ensino que de preferência deve ministrar o Instituto’.



**Artur Cezar Rios, 1º Diretor**

O deputado Rios começa assim o seu discurso em defesa da Escola: ‘Encarregado desde 1875 da organização e direção do primeiro estabelecimento de ensino agrícola da Província, único do Império, dediquei ao seu serviço e ao da classe a que elle ia servir imediatamente toda a solicitude e zelo de que era capaz, porque me convenci dos fins eminentemente patrióticos que é o de estudar o estado real de nossa lavoura, as causas determinantes deste estado e os meios de removê-la.

Dando ênfase à importância do ensino agrícola para a recuperação da lavoura, particularmente da agroindústria do açúcar, o diretor da Escola Agrícola se dispõe a analisar as acusações feitas pelo Presidente da Província. Inicialmente, Rios protesta contra as críticas em nome do sacrifício dos membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, alguns já no último período da existência, lembrando que no período inicial os ‘varões mais notáveis da Província contribuíram com avultadas quantias’.

Considerando que a contribuição provincial é justificada pela importância do empreendimento que interessa também ao Governo, refuta as acusações feitas à administração do Instituto, argumentando que, no terceiro ano de seu funcionamento, a Escola ainda não ‘poderia encher a província e o paiz de agrônomos, silvicultores,

engenheiros rurais e veterinários' e que, certamente, a frequência com 'a acção convencedora do tempo e do resultado que obtiverem os seus primeiros alunos'.

Depois de responder às críticas feitas diretamente ao Instituto pelo Presidente da Província, que na sua opinião não teve razão na 'censura com que procurou ferir a diretoria do Instituto', Rios parte para responder às críticas que atingem diretamente a Escola e, conseqüentemente, à sua atuação como diretor. Primeiramente, justifica a localização da Escola informando que, além do Engenho das Lages estar situado perto da Comarca de Santo Amaro, possui facilidades de comunicação através de linhas de vapores e barcos à vela que fazem o trajeto da capital até São Francisco do Conde em apenas três horas e por uma despesa de 2\$000 por pessoa. Considerando absurda a sugestão do Presidente da Província de se requisitar professores da Europa, Rios afirma que o corpo docente está apto a exercer suas funções e que os programas seguem as escolas européias, porque a Escola Agrícola tem organização idêntica às Escolas de Grignon, Montpellier e outras escolas regionais da França, da Alemanha e do Instituto de Lisboa.

Estranhando que o Presidente da Província tenha classificado o ensino da Escola de 'eminente teórico e superficialmente prático', Rios analisa o currículo, demonstrando que a cada disciplina teórica corresponde uma prática, e apela para o testemunho do Presidente anterior, Barão Homem de Melo, que na sua visita à Escola verificou a grande quantidade de instrumentos e aparelhos sendo utilizados nos trabalhos de campo. O deputado Rios termina seu discurso concluindo que as críticas feitas pelo Presidente da Província às diretorias do Instituto e da Escola Agrícola são 'despidas de provas e de fundamento', **porque são causadas principalmente por sua condição de deputado da oposição** (grifo nosso). Confessando o amor que tem pela Escola, declara que renunciará ao cargo se o governo, impotente para demiti-lo, tentar impedir o desenvolvimento e o progresso do estabelecimento.

O deputado Domingos Rodrigues Seixas abre a sessão do dia 24/07/1879 declarando-se na obrigação de responder ao deputado Rios que 'na sessão de hontem apresentou-se na defesa de seu filho predilecto o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura'. Considera que a defesa do diretor foi insuficiente para mostrar a eficácia da Escola Agrícola, pois nenhuma das acusações foi comprovadamente desfeita e que inclusive o testemunho do Presidente da Província anterior, o Barão Homem de Mello, não tem validade porque 'este não viu funcionar o rodo, nem o rollo crosquille, nem a grade, porque o que S. Ex. viu ali foi um banquete pomposo como os que a Companhia de Queimados costuma offerecer sempre às autoridades que lá vão'.

Na fala de 1880, o Presidente da Província afirma que 'é fora de dúvida que esse estabelecimento não tem prestado os benefícios a que fora destinado, não correspondendo portanto à elevada idéia que presidiu sua fundação'. Lamenta a 'avultada quantia de 315:096\$231 gasta na sua construção', porque se a mesma tivesse sido efetuada 'em mais modestas condições' teria o estabelecimento desde logo prestado os benefícios a que foram destinados e os cofres públicos não seriam forçados a dispêndios que têm feito para sua manutenção.

Em 1904, diante da agonia da Escola, o Governador do Estado da Bahia, José Marcelino de Souza mandou mensagem à Assembléia Geral Legislativa, declarando que o governo estadual cogitava da avocação da instituição, passando para o domínio do Estado da Bahia todos os bens da Escola. A mensagem formulava ainda as bases da reforma que deveria ser adotada:

- ↪ Criação de uma escola prática de agricultura e minas, tendo anexo um estábulo modelo, uma estação agrônômica, a Escola Correccional, um observatório meteorológico e um gabinete de mineralogia;
- ↪ A Escola não expedirá diplomas, apenas dará atestados de bom ou mal aproveitamento dos alunos;
- ↪ A experimentação e a prática terão a maior amplitude, e o estudo teórico apenas constará do indispensável ao bom exercício daquela;
- ↪ O governo do Estado contratará no estrangeiro os profissionais que houver de mister para o serviço da Escola;
- ↪ No provimento dos cargos o governo utilizará todo o pessoal disponível nas repartições públicas e em estabelecimentos oficiais congêneres.

De posse dos bens do Imperial Instituto Agrícola da Bahia, criou, ainda em 1904, o **Instituto Agrícola da Bahia**, que compreendia um curso para instrução de fazendeiros, agricultores e criadores, um curso para trabalhadores rurais, uma estação agrônômica e um posto zootécnico. O Governador encarregou Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretário da Agricultura, da organização desse Instituto. Para dirigir a instituição, este trouxe da Europa Léo Zehntner, que realizava estudos sobre culturas tropicais em Java, na Indonésia. Léo Zehntner - que veio acompanhado de seus auxiliares, os Drs. Júlio Lohman (químico) e Edmund Schuber (agrônomo) - tratou logo de adaptar a Escola Agrícola da Bahia, então sob a égide do Estado da Bahia, aos novos planos, instalando campos de cultura, já que somente existia um maltratado pomar em São Bento das Lages.

Em 1905, o Dr. Zehntner apresentou um relatório ao Governo do Estado da Bahia em que dizia que o terreno em São Bento das Lages era muito acidentado, e em grande parte impróprio para o cultivo, devido ao fato de que a rocha, em alguns lugares, estava à flor do solo, e também porque era em grande parte invadido pela água do mar, sendo inacreditável o fato de ter sido por 25 anos explorado por uma escola agrícola. Referia-se ainda o diretor ao abandono e à falta de conservação do monumental edifício da Escola e do museu, que acumulavam poeira, umidade e roedores.

A passagem do Dr. Zehntner pelo instituto teria sido mais proveitosa, não fosse a incompreensão das autoridades estaduais que não desejavam o Instituto como uma instituição de pesquisas científicas, contentando-se apenas com um ensino mais pragmático. Aí iniciaram os desentendimentos. Em 24 de fevereiro de 1907, Zehntner se dirigiu ao Governo do Estado da Bahia de forma determinante, exigindo que o Governo lhe garantisse a instalação do Instituto Agrícola da Bahia em prazo breve e, segundo seus desejos e condições, o que representaria um custo de 150:000\$000 contos de réis por ano, ou então que fechasse as portas daquela instituição no menor tempo possível.. O Dr. Zehntner, entusiasta da pesquisa e experimentação, sentia-se desprestigiado e sem apoio para desenvolver um programa de investigação científica de maior fôlego. Desgostoso, restou-lhe a alternativa de deixar o Instituto depois de seis anos. Os alunos que freqüentaram o Instituto, entre 1904 e 1910, não chegaram a concluir o curso.

Alegando falta de recursos financeiros e contando com o apoio federal no financiamento da escola, o Estado da Bahia entregou o Instituto Agrícola e todos os seus bens imóveis e móveis ao Governo Federal, que, de acordo com o decreto nº 8.584, de 01/03/1911, criou em São Bento das Lages, a Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, ou Escola Agrícola da Bahia, que teria por finalidade a educação profissional

em nível médio, aplicada à agricultura, zootecnia, veterinária e às indústrias rurais. O curso teria duração de três anos, divididos em semestres, com um ano de estágio. O decreto previa ainda a gratuidade do ensino para alunos que atendessem às seguintes condições: ter sido aprovado plenamente no exame de admissão ou no curso ginásial; ser órfão de pai e mãe; ser órfão de pai; ser filho de agricultor, criador ou profissional de indústria rural.

Foram feitas instalações de água e gás para o melhor funcionamento dos laboratórios da Escola. Importaram-se ainda da França e da Alemanha materiais para a montagem de gabinetes de física, zootecnia, veterinária e anatomia comparada e para os laboratórios de química orgânica e agrícola. Foi feita ainda uma oficina de taxidermia, vinculada a 2ª Cadeira (botânica, zoologia e moléstias das plantas), que foi fator primordial no enriquecimento das coleções zoológicas, cujos espécimes eram ali preparados com o intuito de fazer permutas com outros institutos no futuro.

Em 1911, a Escola contava com apenas 24 alunos, dos quais apenas 16 foram aprovados em suas disciplinas. O acervo da biblioteca da Escola, que antes era de dez mil livros, passou em 1911 para 4.720 livros

A ação do Governo Federal não surtiu o efeito desejado, e em 15 de abril de 1914 decretou o Governo a suspensão do curso de agronomia ali realizado, sendo os alunos todos transferidos para o Posto Zootécnico de Pinheiro, no Estado do Rio de Janeiro. A Escola Média Teórico-Prática de Agricultura da Bahia suspendeu suas atividades, e pelo decreto nº 12.012, de 29/03/1916, foi anexada à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que funcionava no Rio de Janeiro. Em decorrência deste decreto, o Governo Federal tentou remover de São Bento das Lages todo o material por ele enviado anteriormente para aquela Escola, com o fim de transportá-lo para a capital da República. O governo baiano se opôs tenazmente a tal remoção, alegando o direito de reversão, que lhe assegurava uma das cláusulas do contrato de avocação, conseguindo assim a restituição ao Estado da Bahia de todo o material escolar e benfeitorias realizadas em São Bento das Lages. Joaquim Alves da Cruz Rios, bacharel em direito, ficou encarregado como depositário do material e benfeitorias, mantendo as instalações até a reabertura da Escola. Foi uma demonstração do poder dos coronéis baianos sobre o Governo do Estado e suas instituições, principalmente em se tratando da escola de agronomia.

### **Ressurreição do ensino agrícola superior na Bahia**

A lei nº 1.333, de 31/07/1919, decretou a reabertura da antiga instituição, agora denominada Escola Agrícola da Bahia. Cruz Rios, depositário dos bens da Escola, foi nomeado diretor e tratou do início dos cursos. Além do cultivo de cana, cereais e mandioca, houve a tentativa de se introduzir o plantio da videira e do trigo, que não obteve um resultado satisfatório. Ainda no ano de 1919 a Escola promoveu a distribuição de 9,5 toneladas de colmos de canas de diversas variedades, além de sementes de fumo, de forragem, de hortaliças e plantas de jardim para os lavradores dos arredores.

No começo de 1920, nos exames de admissão, perante uma banca examinadora nomeada pelo diretor Cruz Rios, 20 alunos foram aprovados e matricularam-se na Escola, optando, em sua maioria, pelo regime de internato, que foi posteriormente extinto por falta de recursos.

Em 4 de setembro de 1923, pela lei nº 1.700, foram considerados funcionários públicos estaduais todos os professores da Escola Agrícola da Bahia. No início de 1924 faleceu o diretor Joaquim Alves da Cruz Rios, que foi substituído naquela função por João Ladislau de Cerqueira Bião. A Escola contava nessa ocasião com uma subvenção federal de 60:000\$000, mais tarde elevada para 100:000\$000, sendo que as subvenções do período entre 1926 e 1930 só foram pagas em 1932. Daí a dificuldade de funcionamento da Escola durante toda a década de 1920.

No início da década de 1890 havia forte pressão política de fazendeiros no sentido de ser a escola transferida para a capital do Estado da Bahia para ficar sob a responsabilidade do Governo Estadual. Mas o Instituto de Agricultura vinha mantendo o estabelecimento em São Bento das Lages até 1902, quando a diretoria resolveu fechar a Imperial Escola Agrícola da Bahia. A alegada crise da economia açucareira acabou por fechar as portas tanto da Escola de São Bento das Lages como do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

A Escola Agrícola da Bahia só adquiriu certa estabilidade e normalidade em seu funcionamento a partir da década de 1930. Em 1930, foi transferida para Salvador e em 1943 para a cidade de Cruz das Almas, onde funciona atualmente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E o que restou da velha morada da Escola?



Ruínas da Imperial Escola Agrícola da Bahia

Vestígios do *velho corpo* da **Majestosa Imperial Escola agrícola da Bahia** encontram-se lá no Município de São Francisco do Conde, no alto da colina que a abrigou, ostentando seu passado imponente e despertando a curiosidade e admiração dos que se interessam pela história do Brasil e, em particular, pela história da Bahia. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Maria Antonieta de Campos Tourinho, quando a escolheu para tema de sua dissertação de mestrado. Eis o que ela escreveu:

“A curiosidade despertada por estas ruínas, que envolvidas no silêncio dos anos de abandono e invadidas pela vegetação tropical dominam a paisagem de São Bento das Lages, local de passeio no período da minha infância vivido na zona açucareira do Recôncavo da Bahia, torna-se revivida, anos mais tarde, através do contato com uma documentação sobre o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Estas circunstâncias somadas ao interesse sobre as questões de mão de obra na Bahia na segunda metade do século XIX levaram-me a eleger esta instituição e sua Escola Agrícola como tema central desta dissertação...”

Mario Pinto da Cunha, num misto de tristeza e indignação - sentimentos que também dominam minha razão, pois não consigo absorver o impacto de tamanho descaso -, escreveu em seu trabalho intitulado *Memorial de São Francisco do Conde*, 1977:

Em 1869, foi o Imperial Instituto (referindo-se à Escola Agrícola) implantado na Vila, sob os auspícios da nobreza franciscana, de outras localidades do Recôncavo e do próprio Imperador, funcionando no local de origem, São Bento das Lages, distante menos de três quilômetros da sede do município. Isto aconteceu mercê do prestígio e influência dos seus homens representativos e ‘cidadãos conspícuos’, que tiveram de enfrentar a oposição do Barão de Cotegipe e Teive e Argolo, que davam preferência ao Engenho Novo, em Água

Comprida, para a localização da nova entidade. Prevaleceu, porém, a sugestão do Barão (3º) de São Francisco e de outros franciscanos preeminentes, que votaram pela escolha do Engenho das Lages, de propriedade dos Monges Beneditinos, aproveitando-se o antigo mosteiro, de boa e sólida estrutura, como atestam as ruínas a que está reduzido - pela ação do tempo e incúria dos homens- 'de proporções amplas e aspecto majestoso, verdadeiro palácio, com trinta e quatro metros de largura, quarenta de comprimento e uma área central', assim o descreve um dos cronistas da velha Escola, deixando, porém de mencionar as trezentas e sessenta e cinco janelas 'que se abrem para os quatro pontos cardeais', hoje em meio à ruinação, apenas torvo montão de janelas e portas”.

O imponente palácio é hoje uma majestosa ruinação, que tem inspirado vários apelos para a sua recuperação e sugestões para aproveitamento da construção, e destinação útil e condigna, sem resultado. O último, até aquela data, parece, foi o do professor Floriano de Araújo Mendonça, da EAB, através do jornal A TARDE. Ouçamos, pois, o que diz o mestre na entrevista aludida, publicada em 31 de janeiro de 1970:

(...) Muitas vezes desejei conhecer o velho edifício de nossa primeira Escola Agrícola, a Imperial Escola Agrícola da Bahia, fundada no Segundo Império, no Engenho das Lages, antiga propriedade dos padres beneditinos. De onde proveio a denominação de São Bento, dada ao engenho. Mas da primeira visita que fiz, dias atrás, saí contristado’.

‘Quando professor da E.A.B., em Cruz das Almas, renovava tal desejo toda vez que, indo e vindo para lá, avistava da rodagem, ao longe, a imponente estrutura de três pisos... Dias atrás indo à cidade de São Francisco do Conde, o prefeito local dispôs-se a me levar à velha Escola, perto dali uns três quilômetros. Após dez minutos de viagem, avistamos o prédio, erguido, sobranceiro, numa meia-encosta. Dando acesso ao edifício, enorme escadaria de mármore, ladeada de balaustrada, lembrando o acesso para um solar nobre.

... Tanto o piso de mármore como a balaustrada já foram fortemente danificados pelo tempo, e, parece, pelos amigos do alheio, pois faltam algumas lajotas no piso. Grandes árvores cresceram no terreno em frente ao prédio, ensombrando-o demasiadamente, de modo que mal se lhe pode ver a fachada por inteiro.

Ao aproximarmo-nos deste, o choque, a desilusão. **Tudo aquilo mostra desprezo** (grifo nosso). Toda a fachada, da base à bela platibanda sobre a cornija bem saliente, apresenta as mais vivas marcas da decadência, portas e principalmente janelas, aos pedaços. Sobre a cornija, de ponta a ponta, vegetação densa, com arbustos de até dois metros de altura.

Onde foi a capela do orago, há, agora, no piso de mármore, poças de urina e montes de fezes de gado, pois aquilo é, hoje, abrigo de bovinos de criação. A volta em torno do prédio deu-me a mesma impressão. O aspecto de um cemitério seria menos lúgubre. Um grande rombo no teto, de alguns metros quadrados de extensão, visível de fora, vai apressando a agonia do belo monumento que foi a Imperial Escola Agrícola de São Bento das Lages.

No entanto, por ali passaram técnicos ilustres, contratados na Europa, como Leo Zehntner, Julio Lohman, Edmund Shoubert, Bigler, Draenert, e o então jovem e culto Vitor André Argolo Ferrão, diplomado pela Escola de Grignon, França. Mais tarde, no começo da segunda década deste século, ocuparam suas cátedras agrônomos do alto nível de Paul Huart Chevalier, Rômulo Monteiro Gonçalves, José Geminiano Gomes Guimarães, Aníbal Revault, Giuseppe Martina, J.J. Ribeiro de Oliveira Junior, Candido Ribeiro e outros.



Em sua primeira fase a Escola deu à Bahia e ao Brasil valiosos profissionais, que foram Gustavo Dutra, Sergio de Carvalho, Joaquim Baiana, Paula Junior, João Silveira, Navarro de Andrade, João Silvério Guimarães, José Barbosa de Souza, Julio Alves Requião, Temístocles de Menezes etc., e, após 1911, nela estudaram (citados apenas os falecidos) - Landulfo Alves de Almeida, Carlos Valeriano, Peixoto Guedes, Alvaro Navarro Ramos, Edgard da Silva Lima Pereira, Caio Graccho Moreira Spínola, José Rodrigues Calheiros, Sóstenes Miranda, Aníbal Gonçalves de Oliveira, Armando Gonçalves Torres, além de grande, culta e renomada plêiade que atuou e ainda atua na Agronomia da Bahia e do Brasil.

Eis, agora, o que tinha sido a Imperial Escola Agrícola da Bahia, -a primeira do Brasil cronologicamente- criada pelo Senhor Dom Pedro, que já havia constituído o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, fundado em 1859.

Toda a fidalguia da cana-de-açúcar, vale dizer, a fidalguia toda do Recôncavo, esteve presente ao ato inaugural do Instituto, de que se originou a Escola, figurando seus nomes brasonados na primeira ata do grande infólio de corte dourado, destinado às atas do Instituto, encimadas as assinaturas ilustres pela mais ilustre de todas, a do Senhor Dom Pedro de Alcântara.

A Escola fora fundada com o carinho e o cuidado que despertavam os assuntos da agricultura, na época de sua inauguração. Possuía o estabelecimento, além do majestoso prédio de três pavimentos, dependências e residências para o diretor, professores e funcionários. Havia biblioteca. Museu com coleção de animais empalhados e de gesso, de rochas, terras e madeiras. Gabinetes de física, zoologia, botânica, engenharia rural, desenho e veterinária. Laboratórios de química, tecnologia industrial agrícola e bromatologia. Pequenas oficinas para ferro e madeira e um arsenal de instrumentos agrários, dos mais aperfeiçoados da época. Tudo de procedência francesa, inglesa e alemã.

... A Escola de São Bento das Lages é, sem dúvida, um dos monumentos mais importantes de São Francisco do Conde, que deve ser preservado da ruína a que está condenado, se tardarem as medidas de salvação.

Não fui aluno de São Bento das Lages, mas confesso que a visita que tanto desejei fazer e acabei fazendo ao belo edifício, encheu-me de profunda tristeza, emocionada consternação. Um morador daquelas vizinhanças me afirmou -'levaram tudo daqui'. Objetos preciosos, quem sabe, ornamentos, materiais custosos, tudo tem sido 'levado' por dilapidadores do prédio. Seria o caso de autoridades competentes apurarem quem se fez herdeiro daquele rico patrimônio, exigindo-lhe a devida restituição.

O edifício da antiga Escola, convenientemente recuperado, poderá ainda prestar valiosos serviços à educação na Bahia, oferecendo suas instalações e dependências ao ensino técnico. Salvem o belo edifício. Conservem-no, como relíquia preciosa, e que muito honra a Bahia o grande monumento, marco indelével do nosso passado. Não deixem ir abaixo o monumento insubstituível que é aquele palácio de São Bento das Lages. Salvem e utilizem, para fins culturais, o grande monumento histórico - honra e glória da Agronomia Brasileira...

Gritos como esse têm, de fato, ecoado desde então de balde no infinito. E a pergunta que permanece também desde então é: Por que tamanho descaso?...

## A transferência da Escola para a Capital do Estado



Hospedaria dos Imigrantes, em Salvador-BA

O *espírito* da Escola encontra morada nova. Sua transferência para a Hospedaria dos Imigrantes, próximo ao Forte de Mont Serrat, em frente ao mar, em Salvador foi autorizada pelo Decreto nº 7.218, de 23 de janeiro de 1931, aí permanecendo até 1942. Nesse período, o número de cadeiras aumentou para dezoito.

Ficou evidente que o local escolhido, ainda que aprazível, nada tinha a ver com uma escola destinada ao desenvolvimento rural e, portanto, carente de áreas para criação, plantio e experimentos de pesquisa. Eis o que escreveu Mario Pinto da Cunha a respeito dessa transferência:

“A revolução de 1930 trouxe para a Capital a Escola de São Bento das Lages para fazê-la hóspede, durante dez anos, da antiga Hospedaria de Imigrantes de Monte Serrat. Mal acomodada em pequenos pavilhões, não se instalou em lugar apropriado. Os poderes discricionários da Interventoria Artur Neiva apenas urbanizaram a velha Escola, cujos alicerces foram plantados no tempo do Império, nas terras férteis do massapé, onde nasceu a riqueza agrícola do Estado, durante o ciclo da cana-de-açúcar.

Envolvidos aparentemente pelo espírito da revolução vitoriosa, não poderia sobreviver, frente ao mar, estrangulada entre a água e a escarpa, exposta às fortes ondas dos dias de ressaca quando o vento soprava inclemente, ameaçando invadir as salas de aulas. Ficou assim localizada a Escola na base de uma penedra semelhante a uma peanha, franjada pelas alvas espumas do mar que se quebra impetuoso. No cimo há uma testemunha do século do Descobrimento - o forte de Monte Serrat; em baixo, avançando pelas águas, a ermida edificada sobre rocha viva e o pequeno farol cujos lampejos balizam, à noite, o porto de Salvador.

A beleza da paisagem em todo o seu esplendor, o testemunho histórico da silenciosa praça de guerra e o panorama atlântico da Bahia de Todos os Santos, circunscrita no limite visual de Itaparica, Ilha dos Frades, Madre de Deus, Maré e curva formada pelas enseadas de Periperi, Penha e Bogari, jamais serviriam para local de um templo dedicado a Ceres”...

A Escola Agrícola, que fora transferida de São Bento das Lages para beira-mar pela revolução dos Tenentes, por medida de segurança, ante o torpedeamento de navios mercantes, poucas milhas ao sul de Salvador, foi mudada, dez anos depois, de surpresa, dois anos antes do término das obras, para os tabuleiros de Cruz das Almas, onde se encontra, pomposa e definitivamente instalada. O Comando Militar havia requisitado as instalações da antiga Hospedaria de Imigrantes para aquartelamento de uma sua unidade.

## A transferência da Escola para Cruz das Almas



Landulfo Alves de Almeida

Landulfo Alves, baiano de Santo Antônio de Jesus, nasceu em 1893 e era filho de pequeno fazendeiro. De acordo com Luiz Henrique Dias Tavares, em sua *História da Bahia*, páginas 422-424, "seu irmão mais velho, Isaias Alves de Almeida, foi o primeiro a deixar a fazenda em que nasceu para ir estudar na cidade do Salvador; diplomou-se bacharel em Ciências Jurídicas em 1910, assumindo, pouco depois, a direção do Colégio Ipiranga, do qual veio a ser proprietário.

. Landulfo Alves acompanhou o irmão na administração do Ipiranga e de um colégio em Nazaré das Farinhas. Nessa ocasião decidiu estudar agronomia. Depois de formado (**escola de São Bento das Lages**, grifo nosso), obteve a bolsa de estudo que lhe permitiu viver dois anos nos Estados Unidos (1918 - 1920), onde se especializou em zootecnia.

Ocupava o cargo de diretor do Departamento de Indústria Animal, órgão do Ministério da Agricultura, quando o Presidente Getúlio Vargas o nomeou, em 23 de março de 1938, interventor federal na Bahia, tomando posse a 27 do mesmo mês. Nos quatro anos e sete meses de sua interventoria, investiu na implantação de 'Fazendas experimentais' para melhorar o plantel bovino para abate e a qualidade das vacas leiteiras, na construção do primeiro aviário da Bahia, em Feira de Santana, em desenvolver a lavoura algodoeira (um dos grandes problemas das fábricas de tecidos baianas era a falta de matéria prima), utilizando variedades de algodoeiro mais resistentes a pragas e capazes de produzir fibras mais longas. Construiu usinas de beneficiamento do algodão em Feira de Santana. Criou feiras anuais para a exposição de gado no parque de Ondina, na cidade do Salvador. Fez uma tentativa para assentar famílias de imigrantes japoneses na Colônia Agrícola de Mata de São João. Dedicou também amplos recursos para a construção de uma Escola Agrícola em substituição à de São Bento das Lages.



Campus da Escola em Cruz das Almas,

Deveria ser uma escola-campo e possuir todas as condições para transmitir os conhecimentos da agronomia geminados à pesquisa de laboratório, à prática agrícola e à pecuária. Para construí-la, comprou fazendas no município de Cruz das Almas e nelas construiu prédios para a administração, salas de aula e laboratórios, casas residenciais para professores e estudantes, campos para lavouras, pocilgas e pastos.

A aquisição das terras para a construção da Escola contou com o apoio de Lauro de Almeida Passos, ex-prefeito de Cruz das Almas, um dos vinte Deputados representantes da Bahia na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e, na ocasião, presidente da Caixa Econômica Federal, de onde saíram os recursos financeiros para tal empreendimento.

Eis, na íntegra, o texto do Decreto-Lei que declara de utilidade pública as terras destinadas ao *campus* da Escola de Agronomia em Cruz das Almas:

## "DECRETO-LEI Nº 11.482 de 22 de novembro de 1939

Declara de utilidade pública, para os fins previstos no Decreto-Lei nº 10.321, de 1º de julho de 1938, a gleba de terras, de 4500 ha, sita nos municípios de Cruz das Almas e Muritiba.

O Interventor Federal interino do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e observado o disposto na letra a do artigo 17 do Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve declarar de utilidade pública, para os fins previstos no Decreto-Lei nº 10.821, de 1º de julho de 1938 (Criação da Escola de Agronomia), a gleba de terras com quatro mil e quinhentos (4500) tarefas de terra aproximadamente, ou sejam mil novecentos e sessenta (1960) hectares, aproximados, de superfície sita nos municípios de Cruz das Almas e Muritiba, compreendendo as fazendas seguintes: Córrego Machado, Taboleiro da Vitória, Cruz Alta, Jaqueira, Campo Limpo, São João, Camelo, Pasto Grande, Boa Vista, José Eloy, Mangueira, Taboleiro da Estrada de Ferro e outras menores, dentro das divisas abaixo discriminadas:

-Partindo da estrada de rodagem que vai da cidade de Cruz das Almas à Estação de Ferrovia, do ponto onde convergem as divisas dos terrenos de Porfírio Roque, Calixto Gonçalves e Fausto Santos, segue pela divisa desta até a propriedade de Alfredo Santos; daí divisando com D. Maria Narcisa e Manoel Leocádio até encontrar a rua da Estrada de Ferro; subindo por esta que serve a sua direita de divisa de terrenos da Viúva D. Ana Gonçalves da Costa, até esquina da rua que é seu limite ao norte; segue por esta rua até divisar com terras da Viúva Martiniano Gomes e por esta divisa até encontrar a de Antonio Roberto; continuando por esta até encontrar as terras de Isaias Tubinambá; até encontrar um caminho que conduz à cidade de Cruz Das Almas; por este caminho até encontrar terras do Dr. Ramiro Passos; seguindo daí por outro caminho que serve de divisa entre esta propriedade e a de Natalina(?) Freitas, até a estrada chamada de "da Chapadinha"; daí segue por esta estrada ... (ilegível) com a que conduz à fazenda "Cruz Alta" de propriedade do Dr. Lauro Passos; indo por esta, até a divisa desta fazenda com a denominada "Chapadinha" de propriedade do Major Alberto Passos; rumando por esta divisa até encontrar com os terrenos pertencentes a Francisco Pereira; seguindo pela respectiva divisa entre este e ... (ilegível) João Marque e a fazenda Cruz Alta até encontrar a estrada que conduz a Muritiba; daí pela mesma estrada até a divisa com Estevão de tal; divisando daí com este, Demóstenes Cruz, Nascimento Borges, até encontrar a divisa da Fazenda Jaqueira do Dr. Rufiniano Tosta; desse ponto, segue pela divisa entre os dois últimos citados até a divisa da fazenda São Bento, arrendada por Bento Matias; continuando segue pela divisa entre a Fazenda Jaqueira e a São Bento, até encontrar terras pertencente ao Major Alberto Passos, seguindo ... (ilegível) encontrar o rio Caminhoá, descendo então pelo mesmo rio até a estrada que conduz a Muritiba e subindo pela mesma estrada, em direção à Cruz das Almas, até encontrar a divisa das terras pertencentes a José Eloy de Almeida; segue pela mesma divisa e a de João Alves da Costa, até encontrar o rio Capivari e a fazenda Mangueira acompanhando esta divisa até a linha férrea São Felix-Contendas, nas proximidades do quilômetro 17; rumando pela linha férrea e subindo pelo rio Capivari segue até encontrar, nas proximidades do quilômetro 19, a divisa dos terrenos pertencentes a D. Sabina Francisca do Nascimento e Francisco Eloy, seguindo deste ponto, pela divisa dos confinantes ultimamente citados até encontrar uma estrada carroçável vai até uma estrada de rodagem que conduz de Cruz das Almas a estação da ferrovia; seguindo do seu entroncamento da mesma por esta até o ponto de partida descrito no início.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 22 de novembro de 1939 - (assinados) LAFAYETTE PONDÉ, Interventor Federal interino - J. R. MEDEIROS".

A mudança da Escola para Cruz das Almas foi definida pelo Decreto nº 10.831, de 1º de julho de 1938, mas a instalação nesse local só ocorreu em 1942.



Inauguração da Escola em Cruz das Almas

Chegou com a denominação de Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia, passando em seguida a chamar-se Escola Agrônômica da Bahia (EAB), **tendo como Patrono Landulfo Alves**. O regime didático permaneceu o mesmo da fase anterior, com a avaliação final sendo feita por meio de provas escrita, oral e prática.

Uma impressão da grandiosidade das instalações da Escola no planalto Cruzalmeno foi apresentada na reportagem de Lavoura e Criação, Set. - Out. de 1946 - Ano I, vol. II, reproduzida nas páginas 77 a 80 do Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia:

“Apresentando um magnífico conjunto de monumentais pavilhões modernos, de estrutura elegante e majestosa, a Escola Agrônômica da Bahia oferece ao visitante, logo à primeira vista, uma impressão da grandiosidade. E, de fato, pelo grande conjunto arquitetônico, pela enorme área que a rodeia, em larga planície, o estabelecimento bahiano de ensino agrônômico superior impressiona mesmo aos mais leigos na matéria. Representante de uma revista agrícola, não nos poderíamos furtar de uma visita mais minuciosa à Escola de Cruz das Almas, a fim de podermos confirmar a impressão superficial que a sua vista nos oferecia, quando chegávamos à cidade. E foi assim que atravessamos a linha reta de 1200 metros que separa da rodovia o edifício administrativo da Escola. Recebeu-nos o diretor, moço da nova geração de técnicos, que gentilmente acompanhou nossa visita ao estabelecimento, fornecendo-nos, também, com a colaboração de professores presentes, os dados gerais que abaixo publicamos:

#### HISTÓRICO

A História da Escola Agrônômica da Bahia remonta ao 2.º Império; no limitado espaço de que dispomos, tentaremos resumir as seguintes efemérides:

O dec. 2.500. de 1.º de novembro de 1859, assinado por D. Pedro II, criou o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, o primeiro, no gênero, da América do Sul, que por sua vez criou a Imperial Escola Agrícola da Bahia, inaugurada em São Bento das Lages, a 15 de fevereiro de 1877, no edifício de S. Bento das Lages, antigo mosteiro dos beneditinos, sendo primeiro diretor o Dr. Artur Rios.

De 1877 a 1904, a Escola Agrícola esteve sob a administração do Imperial Instituto, passando, com a extinção deste pela República, em 1904, ao domínio do Estado, com todos os bens do antigo estabelecimento.

Do acervo do Imperial Instituto, criou o governo do Estado o Instituto Agrícola, aproveitadas as grandes instalações de S. Bento das Lages, e sob a direção do dr. Léo Zehntner. O Instituto Agrícola foi mais uma estação experimental, sob a direção de Zehntner, do que propriamente uma escola agrícola; fracassando, por isso, o ensino nessa fase, o governo do Estado entregou o Instituto Agrícola, com todos os seus bens, ao governo federal, que criou, em S. Bento das Lages, com o dec. n.º 8.319, de 20 de outubro de 1910, uma Escola Média Teórico-Prática de Agricultura.

A Escola Média, dotada de material abundantíssimo e custoso, não foi, entretanto, além de entre 1911 e 1914. Reaberta pelo governo do Estado, pela lei n.º 1.333, de 31 de julho de 1919 foi mudada pela Revolução de 30 para o bairro de Monte Serrat, na capital, ficando localizada nos pavilhões da Hospedaria dos Imigrantes.

O governo Landulpho Alves tratou da mudança da Escola para lugar mais adequado, no interior, cabendo à Cruz das Almas a escolha dos técnicos nomeados para esse fim. Fez-se a mudança em 1943, por motivos superiores, ainda não completadas as necessárias instalações, o que se vai realizando gradativamente.

O dec. lei estadual de n.º 768, de 13 de março de 1946, reformou a Escola, dando-lhe novo regulamento e a denominação da Escola Agrônômica da Bahia.

### SITUAÇÃO

Localizada numa vasta planície do município de Cruz das Almas, bem perto da cidade do mesmo nome, a Escola Agrônômica da Bahia dispõe de uma área de 1879 hectares, de terrenos muito variados, ora de arenosos “taboleiros”, onde estão situados os edifícios e as residências para professores, funcionários e estudantes, ora de baixadas de grande fertilidade e superior riqueza orgânica.

O moderno estabelecimento de ensino agrônômico do Estado da Bahia, como se encontra atualmente, foi obra do governo Landulpho Alves, agrônomo ilustre, que, tendo como seu secretário da Agricultura outro agrônomo de real valor, o dr. Joaquim da Rocha Medeiros, objetivou uma grande aspiração da Bahia: um estabelecimento modelar de ensino agrônômico, estruturado, nas suas linhas mestras de construção nos modernos moldes norte-americanos.

### VIAS DE COMUNICAÇÃO

A Escola Agrônômica é servida pelo ramal rodoviário que passa pela cidade, distando da capital do Estado 203 kms; dispõe também da rede ferroviária da Oeste da Bahia, distando da estação local cerca de 3 kms.

A ligação com a capital se faz também por via fluvial e marítima, através da cidade de Cachoeira, depois de um percurso de 22 kms, rodoviários.

Há o serviço telefônico interurbano para a capital e cidades circunvizinhas; os serviços de correios e telégrafos são feitos pela agência de Cruz das Almas, tendo sido, entretanto, criada na própria Escola uma agência postal-telegráfica, a qual não foi instalada.

### INSTALAÇÕES

Da grande planta estão já construídos, formando um conjunto de grandiosos prédios, os monumentais edifícios da Administração, Zootécnica, Agricultura e Química, Biologia e Engenharia Rural (Figura 9, por nós introduzida). Das residências, estão já edificadas: a do diretor e mais 10 para professores, todos modernos bangalôs, constando mais 8 do projeto. As casas para funcionários se acham também em construção, estando algumas já terminadas. Os pavilhões principais estão assim divididos:

a) Administração, constando de: diretoria, secretaria, sala de espera, salão da Congregação, anfiteatro, que é um espaço auditorium, almoxarifado, salão de grêmio, salão nobre, biblioteca, (dispondo de obras antigas, raras, de grande valor, em todos os ramos da Agronomia. Está sendo modernizada com livros procedentes dos Estados Unidos), sala para projeções, três salas para aulas ou reuniões;

b) Agricultura, com laboratórios de botânica, entomologia, zoologia, fitopatologia, agricultura geral, agricultura especial, horticultura e silvicultura, salas de aulas referentes às respectivas cadeiras;

c) Zootecnia, onde estão os laboratórios de Zootecnia geral e especial, laticínios, engenharia rural, mecânica agrícola, com as respectivas salas de aula;

d) Química, contendo os laboratórios de química agrícola, orgânica e analítica; de física agrícola, geologia, mineralogia e solos, com salas de aulas respectivas.

#### ALOJAMENTO PARA ESTUDANTES

A Escola não exige o internamento dos alunos, mas dispõe de um edifício espaçoso, com capacidade para 62 estudantes, para alojamento destes. Mais três edifícios idênticos serão construídos dentro em breve. O alojamento para estudantes é administrado por eles próprios, nada cobrando a Escola pelo uso do edifício. Todo o movimento interno, aquisição e preparo dos alimentos, limpeza, etc., é organizado pelos próprios estudantes.

#### ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO

Funciona já o curso primário e está sendo concluída a construção do colégio, cujo funcionamento terá início em 1947 (referindo-se ao Colégio Estadual "Alberto Torres", observação nossa). O colégio atenderá às necessidades de várias cidades vizinhas, que não dispõem de estabelecimento de ensino secundário.

#### CLUBE AGRONÔMICO

Ainda no corrente ano foi fundado pelos professores e assistentes da Escola um Clube Social Agrônomo, destinado a recreio e vida social do corpo docente da Escola, como de todos os agônimos indistintamente. O Clube funciona em edifício próprio, moderno e elegante.

#### SERVIÇO SANITÁRIO

O serviço de água é feito, por enquanto, com 2 poços tubulares, revestidos, com dois tanques elevados, com capacidade, respectivamente, de 20.000 e 30.000 litros, e sendo o fornecimento feito por gravidade, com instalações de água encanada em todos os imóveis. O sistema sanitário é completo, conduzidos todos os esgotos à grande fossa, da mais moderna construção, com capacidade para 600 pessoas, sendo perfeita a purificação.

#### HOSPITAL

Está em via de conclusão um Hospital, dispendo de sala de operação, maternidade, de esterilização, enfermarias, quartos privados, para todo o pessoal da Escola.

#### OUTRAS CONSTRUÇÕES

Há um ripado, para as plantas; um estábulo modelo, com silo para forragem, e estrumeira Becari; um apiário, uma grande oficina, para reparos de máquinas e depósito de materiais. Além disso, está sendo preparado cuidadosamente um horto botânico, conservadas as espécies nativas e introduzidas novas plantas e essências florestais, que permitirão ao visitante a apreciação das belezas florísticas do Estado.

## **A Federalização da Escola Agrônômica da Bahia**



Em 28 de fevereiro de 1967, a Escola Agrônômica da Bahia (EAB) passa a fazer parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a denominação de Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (AGRUFBA).

O sistema de crédito foi adotado em 1970, requerendo a graduação um total de 160 créditos, equivalentes a uma carga horária de 3.270 horas, integralizada num mínimo de três anos e meio e máximo de sete anos. Em 1979, iniciou-se, na Bahia, o primeiro curso de pós-graduação em Ciências Agrárias, com área de concentração em Fitotecnia.

### **Agora somos uma Universidade - a UFRB!**

No dia 8 de maio de 2003, o Jornal “Correio da Bahia”, a exemplo de outros meios de comunicação do país, publicava a seguinte notícia:

Brasília - Às vésperas da visita à Bahia do ministro da Educação, Cristóvão Buarque, para proferir a aula magna de 2003 da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem (dia 07/05/2003) o projeto do ex-senador Waldeck Ornélas, que autoriza o governo federal a criar a segunda universidade federal do estado.

Trata-se da Universidade Federal de Cruz das Almas (UFCAL), a ser desmembrada da UFBA, que mantém no município, localizado no Recôncavo, um amplo campus com apenas uma unidade, a Escola de Agronomia.

O projeto, que depende agora de uma votação na Comissão de Educação do Senado, assegura o remanejamento de recursos orçamentários para assegurar a implantação da nova universidade federal em território baiano. Segundo o senador César Borges, que assumiu a defesa do projeto, a iniciativa de Waldeck Ornélas abriu uma discussão importante sobre as distorções na distribuição dos investimentos em educação superior do governo federal.

Ao pedir pela aprovação do projeto, César lembrou que a Bahia é o quarto estado brasileiro em população, com 13 milhões de habitantes, e tem, proporcionalmente, o menor investimento federal em educação superior. ‘Tenho certeza de que teremos a compreensão deste governo (Governo Luis Inácio Lula da Silva) para a implantação imediata deste projeto, porque corrige uma grande distorção’, afirmou. Enquanto a Bahia só tem uma universidade federal, Minas Gerais possui quatro.

César disse que a Bahia tem 8,95 da população do país, mas somente 4,0% das matrículas em universidades federais estão no estado. Além disso, enquanto a Bahia tem 1,4 matrículas em estabelecimentos federais de ensino superior por mil habitantes, a média brasileira é de 2,96 e do Nordeste chega a 3,1 matrículas por mil habitantes. De outro lado, outros estados possuem mais de uma universidade federal.



Para não prejudicar a população, face à omissão do governo federal (referindo-se ao passado) César disse que o governo baiano já responde por 45,0% das matrículas universitárias na Bahia, enquanto a média nacional de participação dos estados nas matrículas do ensino superior é de 16,0%. “A Bahia mantém quatro universidades, realizando investimento que alcança 4,0% de suas receitas líquidas correntes, tendo ainda que manter o ensino médio e os investimentos obrigatórios do FUNDEF, afirmou. O projeto foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça pelo senador José Jorge”.

Eis o projeto de lei que motivou – que deu o pontapé inicial - a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia:

SENADO FEDERAL  
PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 242, DE 2002

Autoriza o poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas - UFCAL, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas - UFCAL, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Art. 2º A UFCAL terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFCAL, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos de seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

Art. 4º A administração superior da UFCAL será exercida, no âmbito das respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral, pelo Reitor e pelo Conselho Universitário.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFCAL, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária; e

II - praticar os demais atos necessários à efetivação no disposto nesta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

A história do ensino superior no Estado da Bahia remonta a 1808, quando foi criada a primeira escola de ensino médico no País - a Escola de Medicina da Bahia. Outras faculdades surgiram e, em 1946, foram integradas mediante instalação da Universidade da Bahia, que, quatro anos mais tarde, passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Atualmente, a educação superior no Estado da Bahia já não mais corresponde àquele início promissor, ocorrido no período do Brasil-Colônia. A Bahia conta, apenas, com cinco universidades públicas - uma federal e quatro estaduais-, duas universidades particulares (uma católica) e várias instituições de ensino superior recentemente instaladas, mas que são insuficientes para atender as necessidades e aspirações de 12 milhões de baianos, no que se

refere aos serviços de formação profissional, pesquisa e extensão universitária.

Aliás, o quadro do ensino superior na Bahia mostra uma sobrecarga às custas do Governo do Estado que é responsável por cerca de 45% da matrícula. As quatro universidades estaduais detinham, em conjunto, no ano 2000, um total de 30.782 alunos, enquanto a União mantinha na Bahia apenas 18.391 alunos. As demais universidades e escolas de ensino superior totalizavam 19.299 alunos.

A evolução da matrícula, considerando-se o período entre 1995 e 2000, nos mostra que, enquanto a Universidade Federal da Bahia (aí incluído o campus de Cruz das Almas), cresceu apenas 9% (passando de 16.874 para 18.391 alunos em cinco anos) as estaduais tiveram crescimento de 77,3%, e as particulares experimentaram crescimento de 66,3%.

Embora a matrícula total tenha crescido, no período, nada menos do que 49,4%, em números absolutos correspondeu a um incremento de apenas 22.637 alunos.

Em meados da década, a oferta de vagas para o ensino superior em Salvador correspondia a apenas  $\frac{1}{4}$  da demanda, situação que é bem mais grave no interior, tornando a Bahia um estado exportador de vestibulandos, não obstante o esforço do governo do Estado e a presença crescente das instituições privadas, nos últimos anos. Ademais, a forte expansão do ensino de segundo grau em todo o Estado leva a um grande incremento da demanda por ensino superior.

Há, assim, uma clara estagnação na oferta de vagas no ensino superior, a cargo do governo federal na Bahia que, apesar de ser o quarto mais populoso estado da federação, e estado nordestino, tem apenas uma universidade federal, diante de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estados que têm quase uma dezena de universidades federais cada.

Este quadro torna-se bem mais grave quando se trata da pós-graduação, onde a Universidade Federal da Bahia era, até há pouco, a única instituição de ensino superior a dispor de cursos, base para as atividades de pesquisa.

Trata-se de uma situação injusta para com um estado integrante da região mais nobre e das mais populosas do país, que fica assim limitado em suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico por conta da ausência do ensino público federal e da sua capacidade de realizar extensão e pesquisa. Tanto mais que a Bahia vem passando por uma intensa transformação e acelerado processo de crescimento de sua economia, demandando forte incremento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para dar apoio e suporte à consolidação de seu progresso econômico, sob pena de seu comprometimento.

De outro lado, os dados do Censo da Educação Superior de 2000 apontam maior crescimento do número de matrículas no interior do país (16,1%) do que nas capitais (11%), de forma que, hoje, 53,6% dos alunos estão em curso de graduação instalados no interior dos estados.

Seguindo essa salutar tendência é que proponho, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia, a criação de Universidade Federal de Cruz das Almas, município localizado no Recôncavo Baiano, a 146 km da cidade de Salvador, onde já existe um campus universitário. Lá, em 1943, foi instalada a primeira escola de Agronomia da América do Sul, que hoje faz parte da Universidade Federal da Bahia, cuja história será também resgatada e valorizada.

O município também abriga o Centro Nacional de Pesquisas de Mandioca e Fruticultura da Embrapa, que dispõe de laboratórios e outras instalações necessárias às atividades científicas ali desenvolvidas por 66 pesquisadores com mestrado e doutorado.

A existência da tradicional Escola de Agronomia e do Centro de Pesquisa facilitará

sobremaneira o processo de instalação e consolidação da nova Universidade Federal de Cruz das Almas.

Se, por um lado, as condições socioeconômicas e culturais do Município de Cruz das Almas permitem a instalação da universidade que ora propomos, por outro lado, a intensificação do ritmo de desenvolvimento do Recôncavo Baiano requer a ampliação de oportunidades de qualificação universitária, nos diferentes campos de ação da sociedade, de modo a gerar conhecimento, inovar em tecnologia e contribuir para a solução dos problemas regionais.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2002. - Senador **Waldeck Ornélas**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa).”

### **Aprovação do Projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado**

O Projeto de Lei, quando submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, recebeu o seguinte parecer do Relator, Senador José Jorge:

#### **"PARECER Nº , DE 2002**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO , JUSTIÇA E CIDADANIA , ao Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2002, *que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas -BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e dá outras providências.*

**RELATOR: Senador JOSÉ JORGE**

#### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do nobre Senador Waldeck Ornélas, tem por meta autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia. (Art. 1º).

O Art. 2º da iniciativa define o objetivo da UFCAL, e o Art. 32º determina que sua estrutura organizacional e sua forma de funcionamento serão definidas nos termos de seus Estatutos e das normas legais pertinentes.

O Art. 4º estabelece que a administração da Universidade será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, e o Art. 5º autoriza o Poder Executivo de transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFCAL.

Na sua justificação, o ilustre autor da proposta lembra o início da história do ensino superior do Estado, e ressalta que, em 1946, as faculdades que haviam surgido desde 1808 foram integradas com a instalação da Universidade Federal da Bahia. Infelizmente, hoje a Bahia conta com apenas cinco universidades públicas, sendo que o quadro de ensino superior atualmente representa enorme sobrecarga ao Governo do Estado, e as universidades estaduais e particulares têm mostrado crescimento muito superior de matrículas.

A gravidade do quadro é maior no interior do Estado, e a forte expansão do ensino de segundo grau leva a um incremento da procura por cursos superiores.

Dada a gravidade de situação tão injusta, que limita o desenvolvimento científico e tecnológico em razão da ausência do ensino público Federal, o projeto é apresentado com

vistas à criação da referida Universidade. O autor finaliza a justificação argumentando que se por um lado, as condições socioeconômicas e culturais do Município de Cruz das Almas permitem a instalação da universidade, por outro lado, a intensificação do ritmo de desenvolvimento do Recôncavo Baiano requer a ampliação de oportunidades de qualificação universitária, nos diferentes campos de ação da sociedade, de modo a gerar conhecimento, inovar em tecnologia e contribuir para a solução dos problemas regionais.

## II - ANÁLISE

A iniciativa é conveniente e oportuna, pois visa a sanar o problema criado relativo à estagnação de vagas nos cursos universitários. A insuficiência de vagas nos cursos superiores tem representado problema sério para os jovens que vêm buscando ingressar nas universidades; sabe-se que a cada ano aumenta a expansão do ensino médio, decorrendo daí uma maior procura por cursos superiores, Se um Estado da Federação não oferece quantidade de universidades suficiente para atender a esses jovens, vai ocorrer, como bem ressalta a justificção, verdadeira exportação de vestibulandos, o que acarreta ao Estado limitação em suas possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico.

Numa época em que já se reconhece, sobejamente, que a educação é a base para a formação de uma Nação forte e soberana, como o que o art. 1º da Constituição Federal, a apresentação de um projeto como o que ora analisamos representa grande colaboração para a formação integral do ser humano, sem o qual os princípios magnos formadores do arcabouço do Estado Democrático de Direito não podem sobreviver.

Entendemos que a iniciativa se afirma com os dizeres do *caput* do art. 205, segundo o qual *a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Dessa forma, julgamos o projeto digno de encômios, mas preferimos aprová-lo com a retirada de seu art. 4º, tendo em vista que seu enunciado pode vir a gerar discussões acerca da compatibilidade da tal dispositivo co o enunciado contido no art. 207 da CF abaixo transcrito:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## III - VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242 de 2002, mediante o seguinte:

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242 (SUBSTITUTIVO), DE 2002**

*Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas-BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas (UFCAL), por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Art. 2º** A UFCAL terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a

pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a expansão universitária.

**Art. 3º** A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFCAL, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos de seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

**Art. 4º** Fica o poder executivo autorizado a:

I - transferir saldos orçamentários da UFBA para a UFCAL, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesa previsto na lei orçamentária; e

II - Praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,"

Aí está o Projeto de Lei que propõe a criação da segunda universidade federal em território baiano, com a aprovação do parecer do Relator pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - fato ocorrido no dia 07/05/2003, conforme foi mencionado.

### **O Nascimento da UFRB**

Depois de muita discussão e audiências públicas lideradas pelo então diretor da Escola de Agronomia da UFBA, Dr. Paulo Gabriel Soledade Nacife,



Inauguração da UFRB pelo Presidente Lula

criou-se, em 29 de julho de 2005 - aniversário de emancipação política do município de Cruz das Almas -, a segunda universidade Federal no Estado da Bahia, com a denominação de Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva:

LEI Nº 11.151, DE 29 DE JULHO DE 2005

(SANCIONADA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIS INÁCIO LULA DA SILVA)

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.

OPRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, criada pelo Decreto-Lei no 9.155, de 8 de abril de 1946.

Parágrafo único. A UFRB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia.

#### ATOS DO PODER LEGISLATIVO.

Art. 2º A UFRB terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFRB, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas nos termos desta Lei, do seu Estatuto e das demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Até que seja aprovado seu Estatuto, a UFRB será regida pelo estatuto atual da UFBA, no que couber, e pela legislação federal.

Art. 4º Passam a integrar a UFRB, independentemente de qualquer formalidade, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam automaticamente, independentemente de qualquer outra exigência, a integrar o corpo discente da UFRB.

Art. 5º Ficam redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia, na data de publicação desta Lei.

Art. 6º Ficam criados no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB:

I - os cargos de Reitor e de Vice-Reitor;

II - 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, conforme o Anexo I desta Lei;

III - 134 (cento e trinta e quatro) cargos efetivos de técnico administrativo de nível superior, conforme o Anexo II desta Lei; e

IV - 698 (seiscentos e noventa e oito) cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio, conforme o Anexo II desta Lei.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem os incisos II a IV deste artigo as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, e a Lei no 10.302, de 31 de outubro de 2001, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, 59 (cinquenta e nove) cargos de Direção - CD e 200 (duzentas) Funções Gratificadas - FG, necessários para compor a estrutura regimental da UFRB, sendo: 1 (um) CD-1; 7 (sete) CD-2; 8 (oito) CD-3; 43 (quarenta e três) CD-4; 144 (cento e quarenta e quatro) FG-1; 7 (sete) FG - 2; 48 (quarenta e oito) FG-4; e 1 (uma) FG-5.

§ 3º Para o ano de 2005, serão providos apenas os seguintes cargos, necessários à fase inicial de implantação da Universidade: 1(um) CD-1; 7 (sete) CD-2; 4 (quatro) CD-3; 14 (quatorze) CD-4; 27 (vinte e sete) FG-1; 3 (três) FG-2; e 10 (dez) FG-4.

Art. 7º A administração superior da UFRB será exercida pelo Reitor, nomeado de acordo com o disposto na Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Conselho

Universitário, no limite de suas respectivas competências, a serem definidas no Estatuto e no Regimento Geral.

### **Síntese da História da UFRB**

- ↪ Duração do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, 45 anos (1859 - 1904);
- ↪ Duração da Imperial Escola Agrícola da Bahia, 27 anos (1877 – 1904);
- ↪ Período da avocação pelo Governo do Estado, 7 anos (1904 - 1911);
- ↪ Período da avocação pelo Governo Federal, Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, 6 anos (1911 - 1917);
- ↪ Período da reabertura sob a orientação do Governo do Estado, para o aprendizado agrícola, 3 anos (1917 - 1920);
- ↪ Reabertura sob a orientação do governo do Estado como Escola Agrícola da Bahia, em fevereiro de 1920;
- ↪ Período de funcionamento da Escola Agrícola da Bahia na Hospedaria dos Imigrantes, em Mont Serrat, Salvador, 11 anos (1931 - 1942);
- ↪ Mudança para o *Campus* de Cruz das Almas, com a denominação de Escola de Agronomia e Medicina Veterinária da Bahia, 1942.
- ↪ Vínculo da Escola à Universidade Federal da Bahia, com a denominação de AGRUFBA, 39 anos (1967 – 2005);
- ↪ Transformação da Escola na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 29/07/2005.

### **Considerações Finais**

Cada indivíduo e cada comunidade são responsáveis pela construção e transformação de sua própria história. É necessário lembrar, resgatar a experiência vivida para que os indivíduos possam se dar conta daquilo que compõe a sua trajetória - e que é importante manter. Não se trata de um movimento nostálgico de lembrança, mas sim de redescobrir o significado dos gestos, das mãos, dos objetos e espaços que caracterizam a apropriação plena daquilo que é e foi seu. Conhecer o passado e preservá-lo não significa um congelamento da vida, mas sim descobrir que a história é feita do cotidiano dos homens, numa constante evolução no tempo e no espaço. A História da Agronomia no Brasil, enquanto fato social, revela contradições e alterações da sociedade brasileira através dos séculos e desperta a consciência de que é preciso preservar o passado e compreender o presente para que o futuro seja sempre o produto de nossa vontade e não de nossa submissão...

A monarquia resultante da independência política do Brasil e a própria república velha, que destronou a monarquia, estavam montadas nas mesmas bases de sustentação da economia colonial, a oligarquia agrária. Esta apesar da monetarização das relações econômicas, ainda contava com relações semi-serviço de produção. Ainda assim, teve, ao seu modo, a percepção de que seria preciso implantar uma estrutura mínima de ensino e pesquisa agrônoma para que a produtividade da terra e do trabalho pudesse compensar as suas perdas de renda, cabendo ao Estado, naturalmente, o ônus desse empreendimento.

No final da década de 50 do século XIX, diante da situação crítica da agricultura brasileira, 'principal fonte de riqueza do país', elementos vinculados à atividade agrícola, juntamente com o Governo Imperial, criam os Imperiais Institutos, visando através do desenvolvimento da tecnologia e da formação de mão-de-obra especializada, contribuir para dinamizar a área de produção e ter como resultado um açúcar de menor custo e de melhor qualidade apto a enfrentar a concorrência no mercado internacional.

Das instituições agrícolas criadas no período imperial brasileiro, cinco se destacaram no cenário científico nacional e renderam frutos que vicejam nos dias atuais: o Imperial Instituto da Bahiano de Agricultura (que criou a Imperial Escola Agrícola da Bahia, ancestral da atual UFRB), o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (que incorporou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado por Dom João VI), a Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, hoje Faculdade de Agronomia Elyseu Maciel, integrante da Universidade Federal de Pelotas, e a Imperial Estação Agronômica de Campinas, atualmente Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo. Tem-se a impressão de que o advento da república teria golpeado mortalmente os Institutos à exceção do Agrônomo de Campinas que aquela altura já estava solidamente estruturado pelo governo estadual. É provável que esta reação tivesse a finalidade de desestruturar a aristocracia rural cujas bases econômicas e políticas estavam incrustadas na lavoura de exportação, dominando todos os órgãos a ela ligados.

Optamos por apresentar, com mais detalhes, uma retrospectiva histórica da evolução do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - uma História de sofrimento, de peregrinação, de luta, de pertinaz resistência aos que tentaram obstruir o seu caminho; História de honrosas conquistas e glórias, pois diplomaram-se milhares de profissionais da agricultura, que passaram a servir melhor à sua pátria como professores, pesquisadores, extensionistas, empresários, produtores rurais, vereadores, deputados, secretários de estado, senadores, governadores etc.. O seu valoroso legado para a humanidade é indiscutível. Em 2010, sua filha mais nova - a UFRB - apresenta-se orgulhosa e radiante diante da sociedade com a seguinte imagem: 39 cursos de graduação, distribuídos em quatro *campi*; sete cursos de pós-graduação [Ciências Agrárias, Microbiologia Agrícola (mestrado e doutorado), Ciência Animal, Ciências Sociais, Recursos Genéticos Vegetal, Solos e Qualidade Ambiental)], que já produziram 404 dissertações e três teses; 3.793 estudantes de graduação e 154 de pós graduação; 293 funcionários; 437 professores, a maioria com doutorado. A luta continua! A UFRB seguirá com passos firmes essa longa caminhada iniciada em 1859, abençoada por Deus e confiante de que nos inspiremos nas sábias palavras de Mahatma Gandhi:

**Que somos a vida do Universo em constante transformação.**

**Que podemos direcionar a transformação com nossas vidas, nossas ações, palavras e pensamentos.**

***Somos a transformação que queremos no mundo.***

***Mahatma Gandhi***



## MENSAGEM À UFRB



***Seja bem-vinda, Universidade Menina! A terra é fértil, venturosa, e aconchegante o berço que a acolherá. Nesse ambiente de proteção e ternura, você crescerá em força, beleza, virtude e sabedoria, para contemplação, gáudio, orgulho de seus filhos e multidão de admiradores.***

**Joelito de Oliveira Rezende**  
*Fevereiro de 2003*

### Referências bibliográficas

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas do Estado. **Termo de contrato para arrendamento do Engenho das Lages.** [Salvador], 1907. Não paginado.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia. **Regulamento da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia.** Bahia: Tip. Moderna, 1944. 26 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.482 de 22 de novembro de 1939.** Declara de utilidade pública, para os fins previstos no Decreto-Lei nº 10.321, de 1º de julho de 1938, a gleba de terras, de 4500 ha, sita nos municípios de Cruz das Almas e Muritiba. [Salvador], 1939. Não paginado.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Escola Agrícola da Bahia:** Escola Média Theorico-Prática de Agricultura: regulamento que baixou com o Decreto n. 8.584 de 1 de março de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. 29 p

CCJ aprova universidade federal de Cruz das Almas. **Correio da Bahia**, Salvador, 08 de maio de 2003.

CUNHA, M. P. da. **Memorial de São Francisco do Conde./Bahia.** Salvador: Gráfica Central, 1977. 270 p.

ESCOLA Agrícola de Cruz das Almas. **Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia**, Salvador, ano 45, n. 1, p. 77 - 80, out. 1948.

IMPERIAL escola agrícola da bahia. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz –** (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>);

- IMPERIAL Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). **Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz** – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>), 20 de novembro de 2009.
- IMPERIAL Estação Agronômica de Campinas. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz** – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>). 22 de novembro de 2009.
- IMPÉRIO do Brasil. [pt.wikipedia.org/wiki/Império\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Império_do_Brasil). 20 de novembro de 2009.
- REZENDE, J. DE O. **Recôncavo Baiano, berço da universidade federal segunda da Bahia: passado, presente e futuro**. Salvador, P&A, 2004. 194p: Il.
- RODRIGUES, C. M. **Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República**. CAD. Dif. Tecnol., Brasília 4(1):21-38, jun./abr. 1987;
- TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.
- TOURINHO, M. A DE C. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise açucareira na metade do século XIX**. 1982. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Agronomia. **Acta de inauguração do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura de 01 de nov. de 1859**. Livro 1.
- ZARTH, P.A. **A construção de instituições de difusão de tecnologia para o campo no Rio Grande do Sul**. UNIJUÍ. [www.sbhe.org.br/.../Paulo%20Afonso%20Zarth%20-%20Texto.pdf](http://www.sbhe.org.br/.../Paulo%20Afonso%20Zarth%20-%20Texto.pdf), 20 de novembro de 2009.

Cruz das Almas, 24 de novembro de 2009.

Joelito de Oliveira Rezende  
Professor Titular da UFRB-CCAAB  
[joelito@ufrb.edu.br](mailto:joelito@ufrb.edu.br)